

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS**  
**E CONTABILIDADE- FEAAC**

**UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E**  
**RENDA: A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA**  
**DE COOPERATIVAS POPULARES DO CEARÁ**

**DAYANE LIMA RABELO DE SOUZA**  
**ORIENTADOR: JOSÉ DE JESUS SOUSA LEMOS**

**FORTALEZA, JUNHO DE 2000 - 1**

Ciências Econômicas  
Dayane Lima Rabelo de Souza

**UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: A  
EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS  
POPULARES DA UFC**

Monografia apresentada ao  
Curso de Ciências  
Econômicas para obtenção  
do grau de Bacharel em  
Economia.

Orientador: José de Jesus Sousa Lemos

Fortaleza- Junho de 2000

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

---

José de Jesus Sousa Lemos  
(Orientador)

---

Antônio Luís Abreu Dantas  
(Banca Examinadora)

---

Agamenon Tavares de Almeida  
(Banca Examinadora)

---

Dayane Lima Rabelo de Souza  
Fortaleza, 23 de junho de 2000.

*“ Sonho que se sonha só,  
é só um sonho...  
Mas sonho que se sonha  
Junto é realidade!”*

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização. Em especial à Deus por ter me dado a capacidade de concretizá-lo, aos meus pais Maria Socorro Rabelo Souza e José Lima Souza que me deram força e amor, aos meus irmãos: Everton e Claessen, que torceram por mim. Às minhas melhores amigas: Erika, Katiúscia e Sandra por terem tido paciência nos meus momentos difíceis. À minha turma da Faculdade pelos momentos de descontração durante esses cinco anos. Ao meu Orientador, Professor Lemos, pela contribuição e grande compreensão. À Banca Examinadora, que se dispôs a concretizar um grande objetivo da minha vida. Aos meus colegas de trabalho da Incubadora de Cooperativas pela ajuda e disponibilidade, principalmente, à pessoa do meu grande amigo Reynaldo.

Sinceramente, o meu muito obrigada !!!

## SUMÁRIO

Resumo.....	3
Introdução.....	4
<b>Primeiro Capítulo- Panorama atual da economia brasileira- O problema do desemprego e a cooperativa como uma alternativa competitiva</b>	
1.1 O processo de globalização da economia e o problema do desemprego.....	6
1.2 As razões do desemprego no Brasil.....	16
1.3 A cooperativa como uma alternativa competitiva.....	18
<b>Segundo Capítulo- Dos princípios ao cooperativismo atual</b>	
2.1 Os Socialistas Utópicos.....	21
2.1.1. Saint-Simon.....	22
2.1.2. Fourier.....	23
2.1.3 Robert Owen.....	24
2.1.4. Proudhon.....	25
2.2 Karl Marx.....	26
2.3 O Cartismo.....	27
2.4 Os Pioneiros de Rochdale.....	28
2.5 O Cooperativismo Atual.....	31
2.5.1 Classificação e tipo de cooperativas.....	35
<b>Terceiro Capítulo- Desemprego e Cooperativismo no Ceará: a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Ceará</b>	
3.1 O problema do desemprego no Ceará.....	39
3.2 O Cooperativismo no Ceará.....	41
3.3 A experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará- UFC.....	46
3.3.1. Metodologia de trabalho da Incubadora do Ceará.....	46
3.4 Incubadora- Seus resultados e suas cooperativas incubadas.....	54
Conclusão.....	58
Bibliografia.....	60

## RESUMO

Diante do quadro de exclusão social e econômica cada vez mais acentuado no Brasil e no mundo, decorrente principalmente do crescimento exorbitante da taxa de desemprego e das mudanças de paradigmas e organizacionais ocasionados pela afirmação do processo de globalização da economia, é necessário repensar as relações no mundo do trabalho de forma tal a buscar a minimização destes problemas.

No entanto, para concretização deste ideal, não basta simplesmente inserir os trabalhadores desempregados no mercado de trabalho, é necessário dar-lhes condições para nele sobreviver a longo prazo e dele retirar uma remuneração pelo menos compatível com o trabalho realizado.

Para tanto, uma alternativa viável e em consonância com as idéias acima relacionadas é a organização destes trabalhadores em forma de cooperativa, para assim, tendo como premissa a autogestão, onde todos são coletivamente donos do empreendimento, possam ser capazes de melhorar tais relações de trabalho e competir neste mercado permeado pela desigualdade.

Contudo, como mostra a história do cooperativismo, é necessário um acompanhamento destes grupos de trabalhadores interessados na constituição destas cooperativas, para evitar a ocorrência de fraudes que as levem a fugir do seu objetivo principal, a geração de trabalho e renda. É neste espaço que entra o trabalho da Universidade através do projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará, o qual busca diminuir essas distorções do cooperativismo disseminando o movimento, acompanhando a formação de grupos e a eles prestando assessoramento.

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta Monografia consiste numa análise do processo de exclusão social e econômica no qual a maioria dos trabalhadores brasileiros estão inseridos, relatando o quanto este tem se acentuado, devido principalmente ao crescente aumento da taxa de desemprego. A reestruturação produtiva, uma das conseqüências do processo de globalização da economia, tem sujeitado os indivíduos a imergir em novos paradigmas, cujas características delineiam um perfil de trabalhador diferente, devendo ser este qualificado e multifuncional. Todavia, a conjuntura brasileira não tem disponibilizado à considerável massa de trabalhadores condições sócio- econômicas que os tornem capazes de concorrer neste contexto. É então mostrado neste trabalho a necessidade da busca de alternativas capazes de reinserir estes indivíduos enquanto trabalhadores e cidadãos sendo para tanto, uma destas alternativas viáveis a introdução do sistema cooperativista, desde que embasado nos seus princípios e veiculado por uma educação cooperativista, como tem acontecido através do projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Ceará .

No primeiro capítulo desta monografia é feito um panorama sobre a atual realidade do problema do desemprego no mundo e no Brasil sendo constatado o acelerado grau de crescimento que o desemprego tem tomado, além do que, verifica-se ainda neste capítulo uma enorme retração do setor formal e crescimento do setor informal da economia, não sendo estes capazes de absorver o também ascendente crescimento da População Economicamente Ativa do país. São abordadas ainda as principais causas do desemprego no Brasil decorrentes das políticas econômicas nas décadas de oitenta e noventa sujeitas a movimentos de instabilidade macroeconômica no país. É proposto no primeiro capítulo a cooperativa como uma alternativa competitiva, dado que esta, constitui uma forma de organização dos trabalhadores que os traz vantagens de cunho econômico pela redução e diluição dos custos, o fator de poderem atingir maiores fatias no mercado trazendo também vantagens no aspecto tecnológico no que se refere a gestão, pois o sistema cooperativista tem como premissa a autogestão, onde todos os cooperados são igualmente donos dos meios

de produção, eliminando o antigo paradigma *taylorista/fordista* da separação entre trabalho manual e mental.

No segundo capítulo são trabalhados os precursores do sistema cooperativista no mundo, para tanto, inicia-se com a abordagem feita pelos Socialistas Utópicos (Saint-Simon, Fourier, Robert Owen, Proudhon e Karl Marx) durante o século XVIII, onde predominavam as relações de exploração do trabalho decorrentes da chamada Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Em seguida comenta-se sobre o movimento Cartista que também foi importante contribuinte para disseminação das idéias de cooperação, para então chegarmos aos Pioneiros de Rochdale, considerados os criadores do cooperativismo como o entendemos hoje e responsáveis pela introdução dos princípios cooperativistas no mundo. Finalmente neste capítulo mostramos alguns conceitos conhecidos mundialmente sobre o significado de uma cooperativa, os principais tipos de cooperativas, e sua atual situação no Brasil, enquanto inserida no novo contexto da economia solidária e da modificação das atuais relações do mundo do trabalho.

No terceiro e último capítulo, nos restringimos a abordar o problema do desemprego no Ceará, extremamente acentuado, decorrente principalmente da concentração de renda na região e do baixo índice de educação da maioria da população. Faz-se ainda neste capítulo um relato sobre a atual situação do cooperativismo no estado, sendo verificado o alto índice de cooperativas existentes, contudo, na sua maioria submetida a padrões fraudulentos que as desvirtuam de seu verdadeiro papel enquanto empresas coletivas faltando-lhes portanto um apoio maior e acompanhamento capazes de disseminar a educação cooperativista. Em seguida é relatada a experiência do projeto pioneiro realizado através da Universidade Federal do Ceará intitulado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará, o qual por sua vez, tem como missão a formação e acompanhamento de grupos que estejam interessados em constituir cooperativas dentro dos verdadeiros princípios cooperativos e tendo como premissa a autogestão. Neste item é abordada sua metodologia de trabalho, os grupos que acompanha e seus principais resultados, os quais constataram que o cooperativismo é realmente capaz de inserir os trabalhadores no mercado e gerar trabalho e renda.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

### **PANORAMA ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA- O PROBLEMA DO DESEMPREGO E A COOPERATIVA COMO UMA ALTERNATIVA COMPETITIVA**

#### *1.1. O processo de globalização da economia e o problema do desemprego*

O processo de globalização da economia, como é conhecida atualmente, inicia-se no começo da década de oitenta e tem diminuído consideravelmente as fronteiras informais e tecnológicas entre os países possibilitando um maior acesso a produtos e serviços produzidos em todo mundo. Contudo, não se pode afirmar que a globalização é um processo inteiramente novo. Segundo SINGER (1999) se forem observados os últimos cem anos é possível identificar pelo menos quatro fases distintas da globalização.

A primeira vai até 1914 e registra a ascensão liberal, impulsionada pela Grã-Bretanha desde meados do século anterior. O comércio internacional relativamente desimpedido suscitou então um desenvolvimento econômico limitado ao Ocidente europeu, aos Estados Unidos e ao Japão. A segunda abrange as duas guerras mundiais e o período entre guerras e é marcada pelo dilaceramento bélico da economia mundial, pelo fechamento dos mercados nacionais e pela universalização da substituição de importações. A terceira começa em 1945 e se caracteriza pela abertura gradual e controlada dos mercados nacionais e a expansão rápida das multinacionais dentro desse novo espaço econômico. Finalmente, a quarta começa nos anos 80 e é marcada por uma estranha volta à primeira fase, ao liberalismo, à liquidação dos setores produtivos estatais e ao impedimento de políticas nacionais de desenvolvimento.

A sociedade tem passado por uma série de mudanças que têm tido como consequência a integração das economias em âmbito mundial, porém, tem tido impacto sobre os indivíduos que a compõem de forma negativa, pois os níveis de bem estar social e econômico tem sido cada vez mais reduzidos.

Tal processo tem implicado na constituição de grandes corporações econômicas, como é o caso das fusões entre empresas, o enfraquecimento da soberania do Estado viabilizado pelo crescente número de privatizações, o surgimento dos blocos econômicos e, principalmente, pela reestruturação produtiva trazendo a chamada Revolução Tecnológica.

Tais implicações, por sua vez, modificaram os paradigmas de mercado até então vigentes<sup>1</sup> trazendo à tona a incessante busca da sobrevivência das empresas, obrigando-as a se organizarem com novas tecnologias de produção e de gestão.

Para competir nesse quadro, as empresas têm buscado principalmente reduzir custos e aumentar produtividade. Para tanto, têm sido intensamente introduzidos no mercado as inovações tecnológicas mediante a utilização mais intensiva de máquinas, equipamentos e *softwares* com vistas a alcançar este objetivo.

A institucionalização destes métodos ocasiona hoje, em âmbito mundial, um desemprego da ordem de 800 milhões de pessoas<sup>2</sup>. A taxa natural de desemprego que na década de 1960 era de 4% do emprego total passou a flutuar entre 5% e 5,5% na década de oitenta e na década de noventa, alguns especialistas acreditam que os níveis de desemprego, não devem, sob quaisquer circunstâncias ficar abaixo de 6%, evitando o risco de uma nova era de inflação<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Os antigos paradigmas de mercado eram determinados pelo modelo fordista de produção em série e intensa existência de níveis hierárquicos (verticalização).

<sup>2</sup> RIFKIN, J. **O fim dos empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho**, São Paulo. Makron Books do Brasil, 1996, p.1

<sup>3</sup> Ídem. p11

**TABELA 1: Taxas de Desemprego em Nações Industrializadas(%)**

PAÍS	1994	1995	1996	1997
CANADÁ	10,4	9,5	9,7	9,4
EUA	6,1	5,6	5,4	4,8
JAPÃO	2,9	3,1	3,4	3,3
ÁUSTRIA	ND	3,9	4,4	7,1
BÉLGICA	10,0	9,9	9,8	12,5
DINAMARCA	8,2	7,1	6,0	8,0
FINLÂNDIA	17,9	16,6	15,7	15,0*
FRANÇA	12,3	11,7	12,4	12,5
ALEMANHA	8,4	8,2	9,0	11,4
ITÁLIA	11,4	11,9	12,0	12,1
HOLANDA	7,1	6,9	6,3	5,6
NORUEGA	5,5	5,0	ND	ND
PORTUGAL	7,0	7,3	7,3	7,3*
ESPAÑA	24,1	22,9	22,2	21,3
SUÉCIA	9,8	9,2	10,0	7,8
SUIÇA	3,6	3,3	ND	5,3
INGLATERRA	9,6	8,8	8,2	7,3

obs: ND= dado não disponível, (\* )= dado provisório/ Fontes: Revistas Rumos e The Economist

Podemos observar através das evidências mostradas na Tabela 1 o índice de desemprego nos principais países industrializados e comparar com os dados expressos sobre a América Latina que seguem na próxima tabela.

**TABELA 2: Taxas de Desemprego Urbano na América Latina (%)**

PAÍS	1994	1995	1996	1997
ARGENTINA	11,5	17,5	17,2	14,9
BOLÍVIA	3,1	3,6	4,2	ND
BRASIL	5,1	4,6	5,4	5,8
CHILE	8,3	7,4	7,0	7,5
COLÔMBIA	8,9	8,8	11,2	12,6
EQUADOR	7,8	7,7	10,4	9,3
MÉXICO	3,7	6,2	5,5	3,9
PARAGUAI	4,4	5,3	8,2	ND
PERU	8,8	9,3	8,8	9,1
URUGUAI	9,2	10,3	11,9	11,9
VENEZUELA	8,9	10,9	12,3	12,8

Fonte: Revista Rumos

A escalada do desemprego mundial tem sido constantemente ascendente, provocando cada vez mais exclusão social, valendo a ressalva de que tal escalada é bem mais acentuada nos países subdesenvolvidos. Tal fator não ocorre em grande intensidade nos países desenvolvidos porque apesar das inovações gerarem desemprego, estas geram também o desenvolvimento de outros setores com potencial de geração de empregos.

**TABELA 3- Escalada do Desemprego Mundial**

<b>DÉCADA</b>	<b>MÉDIA DO DESEMPREGO PARA DÉCADA</b>
1950	4,5%
1960	4,8%
1970	6,2%
1980	7,3%
Três primeiros anos da década de 90	6,8%

Fonte: Rifkin (1996, p.11)

O problema do desemprego no Brasil não é apenas referente à substituição do trabalho humano pelas máquinas, tal problema tem se expressado de ordem conjuntural, pois o mercado encontra-se atualmente extremamente desestruturado justamente em virtude da larga presença do desemprego que envolve todos os segmentos sociais, da regressão dos postos de trabalho formais e da destruição dos postos de melhor qualidade sem a contrapartida dos empregos criados.

O Brasil passou por uma forte recessão durante o período dos anos 80, permeado por uma inflação inercial e conduzido pelo governo Figueiredo e posteriormente por Sarney, o país enfrentou numa mesma década o congelamentos de preços e sucessivos planos de estabilização monetária que apenas contribuíram para acentuar a crise.

A partir dos anos noventa o desemprego tomou proporções gigantescas no país. Os principais acontecimentos desta época foram a abertura da economia aos capitais internacionais viabilizado pelo governo Collor e a introdução do Plano Real no governo Fernando Henrique como forma de minimizar o problema da inflação via introdução de uma moeda mais estável.

De início o Plano Real obteve sucesso no que diz respeito à manutenção de um índice inflacionário baixo. Contudo, a principal arma utilizada para minimização da inflação foi a âncora cambial baseada numa moeda sobrevalorizada com relação ao dólar, o que por sua vez provocou alguns distúrbios na economia, já que incentivou as importações, as quais já vinham crescendo desde a abertura comercial no governo Collor, em detrimento da queda das exportações fazendo o país ter déficits na balança comercial, e tornando-se mais dependente ao capital especulativo estrangeiro.

Para atrair esse capital estrangeiro o Banco Central do Brasil- BACEN viu-se obrigado a aumentar o nível da taxa de juros e tal problema agravou-se ainda mais nos períodos de crises internacionais (como em 94 no México, 97 na Rússia e 98 na Ásia). Os juros altos contribuíram para aumentar os encargos da dívida pública e em consequência o déficit do governo.

Deficitário, o governo foi obrigado a tomar dinheiro emprestado no mercado externo, retirando recursos que deveriam estar financiando a produção, tomando estes empréstimos junto aos bancos, o governo elevou a procura por dinheiro contribuindo para mais aumento da taxa de juros. Nesse momento as próprias empresas começam também a recorrer aos recursos externos buscando financiamento e aumentando a dependência.

Com os juros permanentemente altos a economia fica estagnada, o déficit público externo não cai e a dívida pública interna chega a cerca de 600 bilhões de dólares em 1999, reduzindo a demanda agregada do país.

Para tornar a situação ainda mais complicada o governo para cobrir os constantes déficits internos e externos acabou por recorrer ao Fundo Monetário Internacional- FMI , o qual por sua vez instituiu no país uma série de medidas de caráter restritivo que tiveram impacto principalmente sobre população mais carente.

Desenhado todo este quadro da conjuntura brasileira nesta última década fica possível perceber o quão grande foi o impacto da política macroeconômica adotada na contribuição ao problema do desemprego, pois a entrada de capitais estrangeiros e o endividamento ocasionaram inúmeras falências e bruscos cortes de postos de trabalho pelas empresas. A

População Economicamente Ativa (PEA) do país continuou a crescer e a massa de desempregados cada vez mais aumentou sem que houvesse a contrapartida de empregos gerados.

*“ A explosão do desemprego decorre da menor evolução dos postos de trabalho abertos, frente à expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Entre 1989 e 1997, por exemplo, a PEA ocupada cresceu 13,5% enquanto a PEA total aumentou 19,8%, o que influenciou diretamente o aumento do desemprego no conjunto do país, estimado em 223,1%”.* (Pochmann, 1999:3)

**TABELA 4- Brasil- Evolução da PEA Assalariada, com e sem registro. 1989/1996**

(em mil e %)

Itens	Brasil		Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro Oeste	
	1989	1996	1989	1996	1989	1996	1989	1996	1989	1996	1989	1996
<b>PEA assalariada</b>	38.459	41.077	1200	1.708	8.459	9,090	20.132	20.6497	5.845	6.480	2.823	3.150
	66.0	63.2	67.5	67.7	54.5	51.2	75.0	1.5	58.3	58.7	68.2	67.5
<b>Variação 1996 1989</b>	6.8%		42.3%		7.5%		2.6%		10.9%		11.6%	
<b>Com registro</b>	25.523	23.089	969	891	3.966	3.785	14.441	12.839	4.519	3.992	1.628	1.582
<b>Variação 1996 1989</b>	-9.5%		-8.1%		-4.6%		-11.1%		-11.7%		-2.8%	
<b>Sem registro</b>	12.936	17.988	231	817	4.493	5.305	5.691	7.810	1.326	2.488	1.195	1.568
<b>Variação 1996 1989</b>	39.1%		253.7%		18.1%		37.2%		37.6%		31.2%	

Fonte: FIBGE PNAD ajustadas e RAIS MTB

O desemprego na atualidade tem se mostrado ainda mais grave, pois tem atingido todos os segmentos sociais e não apenas dos indivíduos com menor capacitação, como nas décadas anteriores, onde era considerado um fenômeno relativamente homogêneo, sendo no Brasil dos anos 90 transformado num fenômeno mais complexo e heterogêneo.

*“O desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia no passado recente, segmentos específicos do mercado de trabalho como jovens, mulheres, negros e pessoas sem qualificação profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional. Em síntese, o desemprego era um fenômeno.”* (Pochmann, 1999:3)

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Estatística- DIEESE o desemprego aberto<sup>4</sup> teve uma variação entre 1989 e 1999 da ordem de 124,1%, enquanto o desemprego oculto<sup>5</sup> teve uma variação da ordem de 89,2% nesse mesmo período, mas foi o desemprego oculto que sofreu nos anos 90 as maiores oscilações, em conformidade com a evolução da conjuntura econômica. O desemprego aberto, que se refere às pessoas que procuram emprego sem realizar qualquer tipo de atividade (*bico*), não apresentou tantas variações indicando com maior precisão uma situação de desemprego estrutural, cujo comportamento mais favorável da conjuntura econômica pouco estava afetando o seu desempenho.

Outro fator que constitui uma novidade nesse novo contexto do Brasil é o dessalariamento. A conjuntura econômica brasileira teve sua história marcada por um acompanhamento do nível de empregos gerados quando ocorria expansão da produção, a geração de empregos formais era superior à criação de outras formas de organização. Entretanto, nos anos 90 o número de empregos formais criados tem cada vez mais se reduzido.

*“ Durante as décadas de 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho gerados, 8 eram empregos assalariados, dos quais 7 com carteira assinada. Entretanto, nos anos 90, a cada 10 empregos criados, somente 2 são assalariados, porém, sem registro formal”.* (Pochmann, 1999:8)

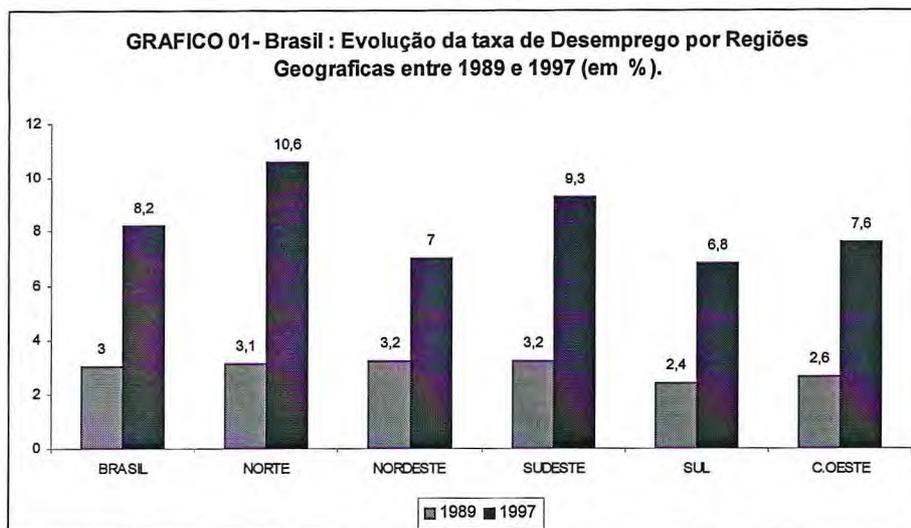
Do ponto de vista regional, podem ser percebidas inúmeras disparidades. Destaca-se, por exemplo, a maior expansão da PEA ocupada na Região Norte (55,2%) e a menor na Região Sudeste (6,4%); a menor variação no aumento do desemprego na Região Nordeste (171,4%) e a maior na Região Norte (475,4%); e, ainda, a mais alta expansão da PEA total na Região Norte (68,5%) e a mais baixa na Região Sudeste (13,6%).

---

<sup>4</sup> Pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

<sup>5</sup> Pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses.

## GRÁFICO 1



Fonte: Pochmann, 1999

O número de empregos assalariados sem registro continua a aumentar nos anos 90, todavia as taxas de variação têm sido insuficientes para compensar a perda das vagas assalariadas sem registro. O setor que mais sofreu impacto foi o secundário, reduzido em 2,4 milhões de empregos (77,3%), o setor primário perdeu 91 mil empregos (3,0%) e o terciário foi reduzido em 967,3 mil empregos (19,7%)<sup>6</sup>.

Diante desse contexto catastrófico, onde explicitou-se o baixo nível de competitividade do parque industrial brasileiro e agravou-se cada vez mais o problema do desemprego, a discussão sobre a flexibilização do trabalho tem surgido como forma de baratear o custo da mão de obra e garantir a preservação dos postos de trabalho.

A discussão sobre flexibilização do trabalho iniciou-se na Europa a qual havia passado as décadas de 50/60 com um mercado estável e dentro de estatísticas que refletiam o pleno emprego, contudo a partir da década de 70, com o rompimento do paradigma fordista de produção em massa, a Europa viu-se diante a uma pronunciada instabilidade econômica com tendência a estagnação, à inflação e ao desemprego.

<sup>6</sup> Pochmann, Márcio, o fenômeno do desemprego no Brasil- setembro 99

*“ Foi nesse contexto, ou seja , sob a pressão da concorrência internacional e frente a necessidade de se adaptar a movimentos repentinos do mercado, que se colocou a questão da flexibilização da produção e do trabalho- problema especialmente marcante na Europa, em razão dos avanços que anteriormente ocorreram em termos de direitos trabalhistas e previdenciários”. (cf. Mattoso, 1995 e Pochmann, 1995)*

Existem dois tipos de flexibilização; O primeiro refere-se à flexibilização quantitativa, ou seja, enxugamento do quadro funcional<sup>7</sup> e o segundo tipo, a flexibilidade funcional, representada pela maximização da utilização dos trabalhadores de modo a fazer uso de uma polivalência de funções daqueles que melhor se inseriram nas novas formas de organizar a produção.

No Brasil este debate se instaura a partir do momento em que se inicia o processo de abertura de capital à competição internacional e se diferencia da Europa em decorrência da diferença existente entre as relações de trabalho vigentes. Segundo BALDAR & PRONI (1996), destaca-se em particular, a elevada rotatividade da mão de obra e o relativamente pequeno quadro de pessoal permanente ou estável na empresa, pois na realidade, no caso do Brasil, os direitos do trabalhador garantidos por lei nunca impediram uma utilização flexível da mão de obra pelas empresas, sem contar ainda que prevalecem o baixo nível salarial e a freqüente mudança de emprego.

Segundo estudo do economista Marcelo Neri, do IPEA, 2,1 milhões de pessoas do setor formal do mercado de trabalho (trabalhadores com carteira assinada são 20,7 milhões) recebem um salário mínimo por mês. As estimativas de trabalhadores do setor informal que ganham um salário mínimo estão em torno de 10 milhões e em relação aos aposentados brasileiros o número é de 12,2 milhões. A população economicamente ativa no Brasil é atualmente em torno de 69,9 milhões de pessoas. De acordo com um estudo feito pelo Ministério do Trabalho em conjunto com o IBGE, o mínimo correspondia a US\$ 15,28 em 1943, três anos após ser criado<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Entende-se por enxugamento do quadro funcional a demissão de trabalhadores, principalmente aqueles que possuem um grau de qualificação inferior aos demais.

<sup>8</sup> A Gazeta - 30/04/99

**TABELA 5- Salários: quanto ganha em média um operário qualificado em relação a um executivo de 1ª linha**

PAÍS	Nº DE VEZES MENOR
VENEZUELA	85
BRASIL	48
MÉXICO	42
CINGAPURA	42
ARGENTINA	38
EUA	32
ÁFRICA DO SUL	25
REINO UNIDO	20
ITÁLIA	16
ESPAÑA	16
FRANÇA	15
ALEMANHA	11
SUÉCIA	11
SUIÇA	11
JAPÃO	10

Fonte: pesquisa citada pela publicação francesa Courrier International, feita pela consultora Towers Perrin, junto a empreendimentos que faturam anualmente em torno de US\$ 250 milhões (1997).

Frente a essas condições, completamente diferentes da Européia, foram contrapostas pelo menos duas posições:

- i) Flexibilização do trabalho no sentido da eliminação dos direitos legais extensivos a todos os trabalhadores para tornar ainda mais baixo o custo da mão de obra e assim melhorar a competitividade da indústria nacional;
- ii) propor a promoção da estabilização dos vínculos de emprego visando o desenvolvimento da flexibilidade funcional, que supostamente, ajudaria a elevar a produtividade do trabalhador, e por esta via, a aumentar a competitividade brasileira.

Entretanto, como já foi dito, as relações de trabalho no Brasil por si só não garantem que a estabilidade no emprego garanta alta produtividade no trabalho, é necessário além disto a satisfação dos trabalhadores e sua real integração no processo de trabalho, portanto, a discussão da flexibilização do trabalho no Brasil não se aplica na prática em decorrência dos fatores já mencionados.

Outra discussão que tem tomado parte neste âmbito do mundo do trabalho tem sido a questão da redução da jornada de trabalho. Atualmente, as pessoas com algum tipo de ocupação no Brasil trabalham em média 43 horas e 48 minutos por semana. Se a jornada de trabalho fosse reduzida para 28 horas e 6 minutos seria possível empregar todos os brasileiros com mais de 14 anos de idade<sup>9</sup>.

Já existem países no mundo que adotaram esta estratégia e tem tido reflexos positivos, na Holanda, por exemplo, 36,5% dos trabalhadores tem jornada parcial e há só 3,6% de desempregados. Contudo, o caso do Brasil, mais uma vez, é bem diferente, pois a redução da jornada de trabalho implicaria em redução salarial, o que por sua vez não interessa aos trabalhadores, apenas aos empresários, portanto, reduziria ainda mais um salário que já é extremamente baixo.

Um estudioso do assunto, o ex-secretário do trabalho dos EUA, Robert Reich ressalta um aspecto negativo da redução da jornada de trabalho: ela resulta em oportunidades desiguais, já que o aprofundamento da competição leva a maiores disparidades sociais e de renda.

No caso do Brasil tais disparidades já existem em um nível exacerbado, segundo LEMOS (1999), o Brasil já se encontra em 64º entre os países menos desenvolvidos<sup>10</sup> e após a implantação do plano Real houve um incremento ainda maior na concentração de renda do país.

## ***1.2. As razões do desemprego no Brasil***

O problema do desemprego relaciona-se a muitas causas, no caso do Brasil as principais delas estão diretamente ligadas a taxa de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a condução do novo modelo econômico adotado pelo Estado desde 1990.

As décadas de 80 e 90 caracterizaram-se por uma forte contração no crescimento do Produto Interno Bruto decorrente, em grande parte das políticas macroeconômicas adotadas

<sup>9</sup> Folha de São Paulo- Especial- 30/05/1999

<sup>10</sup> Para cálculo desta posição Lemos utilizou além dos indicadores utilizados pela ONU para calcular o índice de desenvolvimento Humano (esperança de vida ao nascer, percentagem de adultos alfabetizados, taxa combinada de matrículas do 1º, 2º e 3º graus, PIB per capita ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes de escala) mais as seguintes variáveis: percentagem da população acesso a

pelo governo, as quais têm tido implicações que tendem a comprometer a criação de novos empregos. Segundo POCHMANN (1999) quatro são os principais elementos constitutivos deste quadro:

- i) As alterações na composição da demanda agregada;
- ii) A natureza da reinserção externa;
- iii) O processo de reestruturação empresarial;
- iv) O padrão de ajuste do setor público brasileiro.

O processo de abertura ao mercado externo teve como uma de suas conseqüências, a queda da produção nacional, o que por sua vez implicou em uma alta taxa de crescimento do desemprego. Como é o caso do período 1990/92, quando predominou a recessão econômica, a produção nacional caiu em 3,9%, reduzindo a demanda agregada, o emprego assalariado formal foi diminuído em 8,4% e a taxa de desemprego subiu 130%<sup>11</sup>.

**GRÁFICO 2**



Fontes: BACEN e FIBGE

serviço de saneamento; percentagem da população com acesso a água tratada; oferta diária de calorias, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos como mínimos e taxa de mortalidade infantil.com

<sup>11</sup> Pochmann, Márcio, o fenômeno do desemprego no Brasil- setembro 99

Como podemos perceber através do gráfico 2 o comportamento do Produto Interno Bruto do Brasil nas últimas décadas tem se mostrado bastante variável, refletindo o predomínio de constantes movimentos de instabilidade macroeconômica.

No tocante a reinserção do Brasil na economia internacional, percebe-se portanto, que esta tem sido fruto das importações e não das exportações, tal fator tem proporcionado uma ampliação do endividamento e da internacionalização do parque produtivo, sem falar na questão da privatização das empresas brasileiras que tem garantido a desnacionalização das estatais brasileiras.

Com a mudança dos paradigmas organizacionais das empresas e a reengenharia que prima pela redução dos postos de trabalho como forma de minimizar os custos, obtivemos como consequência uma geração do desemprego estrutural<sup>12</sup> assim como alterações significativas na composição ocupacional.

O setor público brasileiro também tem tido sua parcela de contribuição para crescimento da taxa de desemprego, pois a adoção de programas de demissão voluntária, o fechamento de organismo estatais, as privatizações e aprovação da Reforma Administrativa tem contribuído para tanto. Levantando ainda como fator constitutivo deste processo a política fiscal restritiva de cortes orçamentários destinada a cumprir as metas determinadas pelo FMI.

### ***1.3. A cooperativa como uma alternativa competitiva***

Frente a um contexto social excludente, no qual a demanda por emprego está se contraindo, a precarização das relações trabalhistas faz parte do cotidiano do atual mundo do trabalho, fazendo-se necessário estimular as pessoas ao exercício da cidadania. O cooperativismo, aplicado a partir de uma perspectiva da ética solidária, pode e deve constituir-se num instrumento alternativo de criação de oportunidades de trabalho para setores da população em idade produtiva, atuar como sujeito das ações empreendidas em seu favor.

---

<sup>12</sup> Entende-se por desemprego estrutural aquele causado em decorrência da substituição do homem pelas inovações tecnológicas, máquinas e equipamentos.

O cooperativismo pode constituir-se instrumento indispensável, nessa linha de ação, desde que, aplicado segundo a estrita observância dos seus princípios. A organização de pessoas através de uma cooperativa garante uma outra situação de atuação no mercado. Através do cooperativismo, abre-se a possibilidade dos trabalhadores de se organizarem numa atividade econômica, conquistar o mercado e sobreviver nele a longo prazo.

Algumas situações comuns onde as cooperativas podem diminuir o grau de precarização do trabalho acontecem através da eliminação de atravessadores e intermediários, os quais se apropriam da maior parte do valor produzido com baixos níveis de investimento; em situações onde a demanda necessariamente deve ser suprida pelo setor formal, com a necessidade de emissão de notas fiscais, como no atendimento ao setor público ou algumas grandes empresas; e quando existem significativas economias de escala no processo produtivo, as quais possam ser apropriadas por um grupo organizado em forma de cooperativa. Assim, é possível para as cooperativas de trabalho terem acesso a maiores e melhores clientes sem intermediação, com a possibilidade de poder emitir nota fiscal; aumentar a capacidade de oferta em quantidade e diversidade de produtos; reduzir gastos comuns (distribuição e divulgação por exemplo) facilitando a aquisição de insumos, melhorando a competitividade; viabilizar projetos econômicos de caráter popular, de baixo nível de capitalização, que de outro modo não seriam viáveis.

A cooperativa é uma empresa extremamente flexível, onde a propriedade dos bens de produção pertence a todos os cooperados, os quais têm sua remuneração flexibilizada para baixo (quando a demanda diminui a remuneração diminui), mas também flexibiliza-se a remuneração para cima (aumento de remuneração quando aumenta o faturamento).

O que precisa ficar claro é que quando os empresários reclamam reduções salariais como forma de aumentar o nível de emprego, baseados em modelos neoclássicos, não aceitam a relação inversa, ou seja, aumentos salariais em épocas de recuperação econômica. Na prática os salários tornam-se rígidos para cima e flexíveis para baixo. A proposta da cooperativa é a de flexibilização em ambos os sentidos. Numa cooperativa de trabalho, por princípio, deve haver uma relação direta entre faturamento e salário, mediada pela quantidade de trabalho despendida por cada cooperado.

A flexibilidade da cooperativa também pode, e deve, estar presente na organização da produção, onde a autogestão<sup>13</sup>, combinada com a propriedade dos meios de produção, estimula a autonomia; o reduzido número de níveis hierárquicos, a multifuncionalidade dos trabalhadores (polivalência) e; a flexibilidade na alocação de profissionais. É possível conciliar o espírito empreendedor do cooperado, com um sistema de produção autogestionário onde ao “pensarem como donos e agirem em coletivo” reconciliam o pensar a produção com o fazer, tendo como objetivo dar uma visão ampla do processo produtivo, em contraposição à alienação taylorista.

---

<sup>13</sup> Entende-se por Autogestão o fato de todos serem coletivamente donos do empreendimento, o que por sua vez, pode gerar comprometimento e melhoria da qualidade do trabalho.

## SEGUNDO CAPÍTULO **DOS PRINCÍPIOS AO COOPERATIVISMO ATUAL**

Ao contrário do que podemos pensar, o cooperativismo não é uma forma de organização do trabalho completamente nova. O cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadora com suas mudanças e transformações.

O industrialismo, na sua primeira etapa, fez com que os artesãos e trabalhadores migrassem da zona rural para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão-de-obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana, com salários que nem sequer garantiam a compra de alimentos.

Tais injustiças econômicas e sociais provocaram reações em diversos pensadores socialistas que não aceitavam as condições desumanas a que os trabalhadores eram submetidos e começaram a divulgar idéias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade.

Foram então surgindo os embriões de cooperativas que contribuíram na construção da atual visão de cooperativismo em âmbito mundial.

### **2.1. Os Socialistas Utópicos**

Os socialistas utópicos surgem em função da existência da propriedade privada e como crítica a ela, surgindo também para descarregar um forte potencial crítico nos confrontos com as instituições vigentes. Diante da sociedade industrial, permeada pela exploração do trabalhador e do parasitismo das classes estatal, eclesiástica e militar os utópicos buscaram fundamentar suas críticas.

A classe trabalhadora, no período da 1ª Revolução Industrial, encontrava-se numa situação social e econômica extremamente precárias. Expulsos de suas terras, os camponeses viram-se obrigados a migrar para zona urbana e submeterem-se a um trabalho intenso com uma jornada de trabalho de até 17 horas diárias, vivendo em barracões com abastecimento de água insuficiente e onde o transporte público era precário fazendo ainda mais com que os condicionassem a morar perto das fábricas, onde as condições de vida eram completamente insalubres.

Eram explorados ainda, em grande intensidade, com um trabalho diário de cerca de 12 horas, o trabalho feminino e infantil por serem mais baratos.

*“ Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis e mais baratas mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, ¼ eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante, de rapazes abaixo de 18 anos”. (Hobsbawn. in Gimarães, 1999:28)<sup>14</sup>*

Então, diante dessa situação injusta o homem se viu obrigado a sair da inércia da dependência capitalista para buscar seus ideais comuns na busca de melhores condições de trabalho e de vida.

### **2.1.1. Saint-Simon**

O tema central da obra de Saint-Simon (1760-1825) é constituído pela revelação da função fundamental que a produção industrial desenvolve na sociedade e perante a qual a velha estrutura política e econômica revela a sua impotência. Fundamenta-se fortemente no misticismo, a que chama de “novo cristianismo”, de onde pede que os esforços de todos se concentrem na construção de um reino terrestre feliz que realize o que a tradição cristã pediu ao reino dos céus.

---

<sup>14</sup> Do livro Integrar Cooperativas

Destaca-se, dentre suas obras, a parábola de Saint-Simon, na qual explicita que a prosperidade não pode ser determinada, a não ser, por efeito e como resultado do progresso das ciências, das belas-artes e ofícios, pois os homens que compõem estas áreas são, segundo o autor, os verdadeiros contribuintes para construção da sociedade, ao contrário dos nobres, militares e eclesiásticos que são indivíduos cuja substituição pode ser facilmente realizada caso haja necessidade, contudo, já a substituição dos “homens que pensam”, os verdadeiros produtores dos bens mais importantes, tais como os arquitetos, médicos, cirurgiões, artistas, marinheiros, trariam desfalques irrecuperáveis à sociedade, já que estes fornecem o bem mais importante a mesma: o conhecimento.

*“ ...Porque a ignorância, a superstição, a insídia e o gosto dos prazeres dispendiosos constituem o apanágio dos chefes supremos da sociedade enquanto as pessoas capazes, econômicas e laboriosas só são empregues como dependentes e como instrumentos...”*  
(Cerroni, 1975:123)

### **2.1.2. Fourier**

A obra de Fourier (1772-1837) é rica em críticas e sátiras à burguesia vigente no século XVIII, colocando-se contrário a esta, acredita que o progresso não pode acontecer, a não ser, por uma reconstrução radical da sociedade. Acreditava pois, que esta nova sociedade seria constituída a partir dos males existentes que levariam inevitavelmente ao estado associacionista.

*“ ...A sociedade selvagem, patriarcal, bárbara e civil não é mais do que um caminho rude, degraus para se elevar ao estado associacionista que é o melhor destino do homem e fora do qual todos os esforços dos melhores príncipes não podem de maneira alguma remediar os males do povo”.* (Cerroni, 1975:127,128)

Sua crítica ao industrialismo estava em que, apesar da constante produção, os seus resultados eram apropriados por uma minoria detentora dos meios de produção, a classe capitalista. Em compensação existia uma desigualdade de oferta destes resultados para os trabalhadores assalariados que não se beneficiavam desta. Entendia que a repartição da riqueza se dava através de uma escala simples, ou seja, uma escala que cresce só de um lado, o do da

classe capitalista, enquanto a classe assalariada estava longe de participar no crescimento da riqueza, obtendo nada mais do que um aumento das privações.

A indústria gerava na sociedade um círculo vicioso diante do qual o progresso gera elementos da prosperidade, mas não a prosperidade, dado que, não ocorre a repartição proporcional da riqueza, podendo então a “indústria civil”, termo este utilizado pelo autor, conduzir a civilização a grandes males se não forem descobertos meios de progresso real na escala social.

Quanto ao tipo de sociedade ideal, afirmava que os indivíduos foram feitos para se associarem, para justificar tal afirmação baseava-se nos princípios divinos.

*“ Afirmou-se vagamente o princípio de que os homens foram feitos para se associarem: não se observou que a sociedade possa ser de duas espécies: subdividida e combinada, estado não associonista. A diferença que vai de uma a outra é a que vai da verdade à mentira, da riqueza à pobreza; entre a luz e a obscuridade, entre o cometa e o planeta, entre a borboleta e a lagarta”. (Cerroni, 1975:135)*

*“ Deus só pode escolher para o exercício dos trabalhos humanos entre os GRUPOS e os INDIVÍDUOS, entre a ação associonista ou combinada e a ação incoerente ou subdividida. Este é um princípio a ter sempre em conta”. (Cerroni, 1975:135)*

### **2.1.3. Robert Owen**

Robert Owen (1771-1858), assim como os demais socialistas utópicos, deteve uma intensa preocupação com as condições dos trabalhadores na indústria pedindo medidas orgânicas contra o desemprego. Para tanto, Owen propunha uma sociedade organizada baseada na cooperação, não na competição, idéia esta que, segundo os interesses do liberalismo deveria existir para incentivar o interesse pessoal consequentemente uma produção maior de bens a menores custos, contudo, na prática da sociedade industrial esse processo beneficiava a poucos.

Owen tornou-se sócio e administrador de manufaturas de algodão em New Lanark, Escócia. A partir de então tomou medidas, tais como, elevação dos salários dos trabalhadores, melhores condições de trabalho, passou a não admitir crianças menores de 10 anos e deu aos trabalhadores, moradia, alimentos e roupas decentes.

A partir desta experiência pôde elaborar o fundamento de suas idéias:

- a) O trabalho é a fonte de toda riqueza e portanto é a classe trabalhadora que cria toda riqueza;
- b) Embora os trabalhadores sejam os produtores da riqueza, ao invés de serem os mais ricos, são os mais pobres, e assim sendo, não podem receber apenas recompensas pelo seu trabalho;
- c) Viver em comunidade sob os princípios da cooperação mútua, da posse comum e da igualdade de direitos.<sup>15</sup>

*“ Levando à prática estas idéias, os owenistas propunham como diretrizes para a cooperativa que os cooperativados se protegessem mutuamente contra a pobreza através de um capital comum, a ser constituído a partir de uma subscrição semanal, que formaria um fundo, e o investimento deste capital em atividades comerciais, afim de gerar trabalho para os seus membros ”. (Guimarães, 1999:30)*

O movimento owenista dedicou-se a organização de uma colônia americana que pretendia ter como base uma completa igualdade auto-governada. Na sua obra "*Livro do Novo Mundo Moral*" questiona a existência da felicidade humana e afirma que esta está associada não ao individualismo, sim ao conjunto da sociedade e o homem que pensa na resolução dos problemas sociais de forma individual é considerado por ele um ser irracional.

*“ E a primeira consideração que se apresenta é se os homens divididos e com interesses contrastantes podem criar, conservar e distribuir a riqueza, formar o caráter de todos os outros indivíduos, governar a sociedade melhor do que o poderia fazer a raça humana se unida, habituada a agir de comum acordo e com um só interesse bem precisado e claramente entendido? ” (Cerroni, 1975:144)*

#### 2.1.4. Proudhon

Na obra de Proudhon (1809-1865), denunciava-se com sátira os danos sociais da apropriação privada da riqueza.

Na sua crítica mais forte, da propriedade privada, mostra que esta nada mais é do que o furto por aqueles que a detém e consideram a igualdade de condições impossível, a classe capitalista ou os grandes latifundiários, ou seja aqueles que detém os meios de produção ou aqueles que detém as terras . Dentre suas idéias principais destaca-se a que afirma que tudo o que um usuário paga ao proprietário de uma propriedade é perdido, pois não ocorre troca entre eles.

*“ ... Portanto, tudo o que passa para as mãos do ocupante para as do proprietário a título de albinágio e como preço pela licença de ocupar é adquirido irrevogavelmente ao segundo, perdido e anulado para o primeiro ao qual nada deve voltar a não ser como oferta, esmola, salário pago pelos serviços prestados, ou preço das mercadorias consignadas.”*  
(Cerroni, 1975:163)

Isso significa dizer que para Proudhon a propriedade privada constitui-se como um roubo a sociedade, pois aquele ser único que pode usufruir de seus benefícios ou rendimentos é o proprietário, nem mesmo o ocupante, que paga para trabalhar na propriedade, é capaz de beneficiar-se, pois não existe troca ,tudo que é pago é perdido.

A apropriação individual traz benefícios isolados a uma classe minoritária, enquanto que a não existência dessa propriedade privada poderia gerar todos direitos iguais e condições de produzir, pelo menos para sua subsistência, tornando a sociedade mais justa.

---

<sup>15</sup> O Owenismo - Integrar Cooperativas, 1998

## 2.2. Karl Marx

No período anterior a Primeira Revolução Industrial na Inglaterra em 1780, o trabalho passou a ser realizado nas fábricas, diversos artesãos que antes trabalhavam isoladamente foram então colocados sob um mesmo teto, mostrando aos capitalistas que a produção conjunta trazia maior escala produtiva, conseqüentemente aumentando suas margens de lucro<sup>16</sup>.

*“...Mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores opera uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho”. (Marx, 1996:371)*

Contudo, essa utilização conjunta dos trabalhadores era vista pelos capitalistas apenas como meio de redução de custos na produção e não como forma de organização social para estes trabalhadores como forma de melhorar suas condições de trabalho.

*“...Meios de produção utilizados em comum cedem porção menor de valor a cada produto isolado, seja porque o valor total que transferem se reparte simultaneamente por quantidade maior de produtos, seja porque, em comparação com os meios de produção isolados entram no processo de produção, em virtude de sua maior eficácia, com valor relativo menor, embora representem valor absoluto maior. Por isso, diminui a porção de valor do capital constante que se transfere a cada produto isolado e na proporção dessa queda cai o valor global da mercadoria”. (Marx, 1996:373)*

Portanto, reduziam-se os custos do fabricante com a utilização de um conjunto de trabalhadores que incorporavam valor ao produto, chamado por Marx de capital variável, contudo estes não eram remunerados compativelmente ao trabalho que executavam. Todavia, desde já sabia-se que o trabalho cooperado trazia vantagens em relação ao individual, do ponto de vista tanto da produção como da melhoria das condições de trabalho, porém só trará estes ganhos aos trabalhadores se desvinculado da apropriação e comando capitalista.

### 2.3.O Cartismo

Ao movimento Cartista aderiram trabalhadores e radicais intelectuais em torno de uma plataforma de reformas políticas. Nas décadas de 1830-1840, os Cartistas lutaram por medidas como:

- a) Sufrágio universal masculino;
- b) Voto secreto;
- c) Fim da exigência de propriedade para os candidatos a membros do Parlamento;
- d) Eleições anuais para o Parlamento.

O programa Cartista perdurou até o final do século dezenove quando todas as suas reivindicações foram aceitas com exceção das eleições anuais. O grande momento do movimento ocorreu em 1848 quando o irlandês O'Connor organizou uma manifestação popular e apresentou ao Parlamento um abaixo assinado com 2 milhões de assinaturas.

Engels caracterizou o cartismo como:

*“ A forma condensada da oposição à burguesia... Um movimento essencialmente operário que não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical” (Engels in Gimarães,1999:30)*

Os trabalhadores estavam reagindo arduamente, lutando contra as condições de desigualdade impostas não apenas nos âmbitos social e econômico, mas também no campo político, pois tinham consciência que aqueles que detinham o poder tomavam as decisões que acarretavam nas demais condições, era preciso estar a par de tudo e envolver-se com os ideais para então buscar a igualdade de direitos.

---

<sup>16</sup> Considera-se que uma maior produtividade reduz o valor individual das mercadorias, dado que, estas são produzidas num tempo inferior ao socialmente necessário, mas não reduz o valor social, portanto, mais mercadorias

#### 2.4. Os pioneiros de Rochdale

O cooperativismo foi idealizado por vários precursores, porém, da forma como o conhecemos atualmente, aconteceu a partir da iniciativa de 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, em 1844, quando criaram uma associação que mais tarde, seria chamada de cooperativa. Cansados de serem explorados na venda de alimentos e roupas no comércio local, os artesãos montaram, primeiro um armazém próprio. Depois, apoiaram a construção ou a compra de casas para os tecelões e montaram uma linha de produção para os trabalhadores com salários mais baixos ou desempregados. Desde então, as cooperativas existem em vários setores e em todo mundo. Os valores e princípios cooperativos foram preservados, com pequenas alterações, ao longo destes anos.

As normas de organização e de funcionamento defendidas pelos tecelões que criaram essa cooperativa, a partir das idéias dos precursores, passaram a constituir não só o modelo cooperativista adotado em todo mundo, como também a própria base da filosofia do cooperativismo. Os planos desses pioneiros eram de caráter inovador, pois almejavam a reformulação dos meios econômicos e sociais da época. Seus objetivos iniciais iam além da simples criação de uma empresa de consumo. Almejavam abrir uma loja, construir casas para seus sócios e fábricas para dar trabalho aos desempregados. Realizaram tudo isto.

Antes de fundarem a loja, que se localizava numa rua chamada Toad Lane, os pioneiros haviam percorrido vários outros caminhos: na comunidade Owenista, na militância cartista, nos movimentos religiosos e sindicais. Além disso, todos tinham participado das greves de 1842-1844. Com a derrota do movimento grevista, decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana do sindicato dos tecelões na fundação de uma loja cooperativa.

Foi em 24/12/1844 que os pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém organizado e regido por normas estatutárias composto de 28 membros, que em 1848 já eram 180 e em 1849, com a falência do principal banco da região, passou a ser 390 enquanto o capital da cooperativa

subiu de 30 libras para 1194 libras. No primeiro ano o total das retiradas foi de 710 libras. Em 1860, com 3450 sócios, o capital era de 152.000 libras<sup>17</sup>.

Os estatutos da sociedade dos pioneiros de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional, passaram a ser os fundamentos doutrinários do cooperativismo. Foram eles:

- i) Controle democrático, um sócio, um voto;
- ii) Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos;
- iii) Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito;
- iv) Distribuição de parte do excedente proporcional às compras;
- v) Vendas à vista, sem crediário;
- vi) Venda só de produtos puros, não adulterados;
- vii) Neutralidade política e religiosa

O primeiro princípio veio do movimento Cartista. O segundo foi criado para evitar que os sócios mais antigos tivessem uma quantidade maior de privilégios. O terceiro vem da experiência owenista de distribuir, entre os trabalhadores, uma remuneração pré-fixada. A proibição de vendas à crédito originava-se de uma experiência frustrada: em 1833-35 eles tinham aberto uma cooperativa que faliu porque concedeu muito crédito aos seus membros.

É importante salientar o caráter aglutinador do princípio referente à neutralidade política e religiosa e ao compromisso da venda de produtos não adulterados. A neutralidade religiosa foi a forma política que os pioneiros encontraram para se diferenciar da religião racional de Owen e do ateísmo militante, ambos com muita penetração entre os operários. A neutralidade política significa neutralidade entre as correntes rivais do movimento dos trabalhadores<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Dados do livro Integrar Cooperativas

<sup>18</sup> O princípio criado em Rochdale e até presente na nossa lei atualmente (Lei nº 5.764/71), de Neutralidade Política e Religiosa por decisão do congresso de ACI, em Viena, foi abandonado e o termo correto em lugar de “neutralidade” foi de “indiscriminação”.

Quanto à venda de artigos adulterados, era comum aos trabalhadores a compra dos mesmos, pois recebiam seu salário na maioria das vezes nos sábados à noite, isso significava dizer que quando chegavam ao mercado no dia posterior os produtos de boa qualidade já haviam sido comprados pelos ricos e a eles restavam os pseudoprodutos, muitas vezes restos de carne de animais doentes e verduras em decomposição.

Posteriormente foram ainda incorporados dois princípios: aspiração de conquista ou expansão constante e Autonomia. Tais princípios apregoavam que a cooperativa não deveria contentar-se com uma situação estática, devendo sempre buscar ampliar suas condições, suas instalações e principalmente o benefício de seus associados.

No tocante à Autonomia, segundo RECH (1995), as cooperativas devem poder se constituir e funcionar com liberdade e desenvolver suas finalidades sem ter que se submeter ao Estado nem a outras instituições que se arvoreem do direito de impor a sua representação.

É importante ressaltar ainda que o cooperativismo trouxe à tona a participação na mulher na tomada de decisões, antes não existente, visto que o contexto cooperativo pressupõe a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, inclusive o direito de votar estava assim assegurado.

## **2.5. O Cooperativismo atual**

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. Durante o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, reunido em Manchester, na Inglaterra, no mês de setembro de 1995, foi proposta a seguinte definição:

“ Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”.

Do ponto de vista jurídico as cooperativas na atualidade são reguladas no Brasil pela lei 5764/71 criada em 16/12/71 que funciona como reguladora de todas as linhas de ação do sistema e as define como:

“ Sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (Rech, 1995:128)

**TABELA 6- Legislação Cooperativista Brasileira Referente à Concentração**

Período (1903 a 1907)	Legislação Vigente <b>Decreto n° 979 de 06 de janeiro de 1903</b>	Períodos de Vigência da Legislação
1. 1907 a 1932	Decreto n° 1.637 de 05 de janeiro de 1907	1907 a 1932
2. 1932 a 1934	Decreto n° 22.239 de 19 de dezembro de 1932	1932 a 1934 1938 a 1943 1945 a 1966
3. 1934 a 1938	Decreto-lei n° 24.647 de 10 de julho de 1938	1934 a 1938
4. 1938 a 1943	Decreto-lei n° 581 de 01 de agosto de 1938* *Revigora o Decreto n° 22.239 de 19/12/1932	1938 a 1943 1945 a 1966
5. 1943 a 1945	Decreto-lei 5.893 de 19 de outubro de 1943	1943 a 1945
6. 1945 a 1966	Decreto-lei 8.401 de 19 de dezembro de 1945** ** Revigorou o Decreto n° 22.239 de 19/12 1932 e Decreto-lei n° 581 de 01 de agosto de 1938	1945 a 1966
7. 1966 a 1971	Decreto-lei n° 59 de novembro de 1966 e Decreto n° 60.597 de 19 de abril de 1967(regulamenta o Decreto-lei 59)	1966 a 1971
8. 1971	Lei n° 5.764 de 16 de dezembro de 1971	Em vigor

Fonte: Incubadora de Cooperativas, 1999

O Decreto n° 22.239/32 disciplinou em texto próprio as cooperativas singulares, com o objetivo de lograr fins comuns de ordem econômica, sendo-lhes defesa a finalidade de constituição somente no intuito de gozo do lucro permitido às quotas-partes do capital social, ou intenção de explorar o trabalho, quer assalariado, quer não assalariado; estabeleceu, ainda, que para a sua constituição, as pessoas seriam físicas, em número de sete.

(Arts. 1° e § único, §9° do art. 6°, letra f, do art. 7, 36 e § 2°, 37 letras a e e, 42 e ítem IV e § 1° do art. 43, do Decreto n° 22.239/32.).

O sistema cooperativista é uma realidade mundial, diversos países têm se inserido nele como forma de amenizar os problemas sociais e traumas causados pelo desemprego e pela exclusão social. Países como a França, a Espanha, a Inglaterra dentre outros, têm mostrado a força deste sistema no mundo.

No caso do Brasil não poderia ser diferente, temos constatado um crescente número de empresas cooperativas como alternativa surgida para grave crise que o país tem enfrentado durante décadas.

O novo cooperativismo tem tomado formas diversificadas no Brasil: empresas autogeridas por trabalhadores, muitas delas agrupadas na ANTEAG- Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Participação Acionária, pelos Projetos Alternativos Comunitários, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos assentamentos de reforma agrária e pelas cooperativas acompanhadas pelo Projeto Incubadora de Cooperativas Populares.

O novo cooperativismo surge num momento em que a abertura indiscriminada do mercado às importações, a sobrevalorização da moeda nacional e taxas de juros elevadíssimas produziram a eliminação de milhões de postos de trabalho formal e o fechamento de inúmeras empresas.

Segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil- OCB o número de cooperativas de trabalho no Brasil, dados de 1998, é de 5.102. Nas tabelas abaixo podemos visualizar melhor esta informação verificando ainda o número de cooperativas por estados, regiões e segmentos.

**TABELA 7- Número de cooperativas, cooperados e empregados por região**

base: 31 de dezembro de 1998

<b>REGIÃO</b>	<b>TOTAL DE COOPERATIVAS</b>	<b>TOTAL DE COOPERADOS</b>	<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>
NORTE	190	38146	1535
NORDESTE	1137	362913	8996
CENTRO-OESTE	325	155504	9449
SUDESTE	2434	2643431	72237
SUL	1016	1228931	59252
<b>TOTAL</b>	<b>5102</b>	<b>4428925</b>	<b>151469</b>

FONTE: OCB/DETEC

**TABELA 8- Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmentos**

base: 31 de dezembro de 1998

<b>SEGMENTOS</b>	<b>NÚMERO DE COOPERATIVAS</b>	<b>NÚMERO DE COOPERADOS</b>	<b>NÚMERO DE EMPREGADOS</b>
AGROPECUÁRIO	1408	1028378	107086
CONSUMO	193	1412664	8017
CRÉDITO	890	825911	5800
EDUCACIONAL	193	65818	2330
ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES	187	523179	5161
ESPECIAL-ESCOLAR	4	1964	6
HABITACIONAL	202	46216	1226
MINERAÇÃO	15	4027	24
PRODUÇÃO	91	4372	35
SAÚDE	585	288929	15443
TRABALHO	1334	227467	5057
<b>TOTAL</b>	<b>5102</b>	<b>4428925</b>	<b>150185</b>

FONTE: OCB/DETEC

**TABELA 9- Número de cooperativas, cooperados e empregados por estado**  
**base: 31 de dezembro de 1998**

<b>ESTADO</b>	<b>NÚMERO DE COOPERATIVAS</b>	<b>NÚMERO DE COOPERADOS</b>	<b>NÚMERO DE EMPREGADOS</b>
ACRE	7	3656	91
ALAGOAS	30	18149	1492
AMAPÁ	14	1135	104
AMAZONAS	25	10479	347
BAHIA	124	31065	898
CEARÁ	220	85762	1924
DISTRITO FEDERAL	49	47955	913
ESPIRÍTO SANTO	145	47426	3013
GOLÁS	124	60746	4573
MARANHÃO	126	16303	1031
MATO GROSSO	72	24017	2113
MATO GROSSO DO SUL	80	22786	1850
MINAS GERAIS	846	556467	21985
PARÁ	59	12823	463
PARAÍBA	111	26921	584
PARANÁ	194	216761	33475
PERNAMBUCO	308	107363	1460
PIAUÍ	84	16411	484
RIO DE JANEIRO	603	203063	4736
RIO GRANDE DO NORTE	103	53577	913
RIO GRANDE DO SUL	574	719642	26728
RONDONIA	44	5857	156
RORÁIMA	17	692	5
SANTA CATARINA	248	292528	12034
SÃO PAULO	840	1836475	29518
SERGIPE	31	7362	210
TOCANTINS	24	3504	369
<b>TOTAL</b>	<b>5.102</b>	<b>4428925</b>	<b>151469</b>

FONTE: OCB/DETEC

Se considerarmos uma média de 4 componentes por família, teremos que o sistema cooperativo envolve, com seus cerca de 5 milhões de cooperados, um universo da ordem de 20 milhões de pessoas<sup>19</sup>.

O cooperativismo brasileiro detém hoje 6% do PIB, que equivale a aproximadamente 50 ou 60 bilhões de reais, ou seja, uma importância razoável dentro do contexto econômico deficitário no qual estamos inseridos<sup>20</sup>.

## ***2.6. Classificação e tipo de cooperativas***

Existem atualmente no Brasil e no mundo diversos tipos de cooperativas, seu tipo é determinado pelo objetivo e vocação dos cooperados que a compõe. Os tipos mais conhecidos do público em geral são:

### **a) Cooperativas de crédito**

Têm o objetivo de realizar empréstimos aos seus sócios e, através de uma capitalização inicial, permitir maior produtividade ou implementação de alguma nova atividade produtiva, vindo suprir dificuldades na obtenção de crédito ou financiamento.

### **b) Cooperativas de consumo**

São as que se ocupam em distribuir produtos ou serviços aos seus sócios, buscando as melhores condições, os melhores preços e a melhor qualidade.

Existem muitas espalhadas pelo Brasil. Na maioria dos casos, trata-se de iniciativas de consumidores urbanos que se organizaram para fazer compras comunitárias diretamente com os produtores rurais, evitando o intermediário.

### **c) Cooperativas agrárias**

São as mais comuns no Brasil e têm como objetivo organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-os, orientando-os e colocando à sua disposição uma série de serviços. Dedicam-se mais freqüentemente à:

---

<sup>19</sup> Revista Integração- ano IV- Nº 27, dezembro de 1998

<sup>20</sup> Idem

- Vender em comum a produção entregue pelos sócios;
- Distribuir aos sócios bens de produção e utilidades necessárias às suas atividades agropecuárias, bem como intermediar o abastecimento de gêneros alimentícios, roupas e outros produtos para casa e para família;
- Oferecer serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional;
- Promover a integração entre os associados e suas famílias e a interrelação com a comunidade em que estão inseridos.

#### d) Cooperativas de trabalho

São as que agrupam trabalhadores de uma determinada profissão ou ofício ou de diferentes profissões, com o objetivo de se autoproporcionar ocupação estável e de executar trabalhos ou funções sem a intervenção de patrão ou empresário.

O seu princípio básico é a co-gestão, na qual os operários e empregados são os próprios donos da entidade. A sua remuneração é correspondente ao volume do seu trabalho, sendo que participam como co-proprietários do capital, da direção e da representatividade jurídica da cooperativa.

#### e) Cooperativas de pesca

Ocorrem quando um grupo de pescadores organiza as suas atividades produtivas ou desenvolve funções coletivas de colocação da pesca ou para disponibilidade de material necessário para o seu trabalho.

A cooperativa de pesca é uma grande alternativa para os pescadores se livrarem do domínio das grandes empresas que impõe condições, dominam o mercado e marginalizam os pequenos produtores.

#### f) Cooperativas habitacionais

Existem três tipos de cooperativas habitacionais:

- As que são integradas por pessoas que se reúnem com o objetivo de, em mutirão construir as casas para os seus sócios. Elas têm duração determinada até o último sócio ter sua casa;

- As que são construídas por grupos de profissionais, técnicos e trabalhadores da construção civil que se dedicam a construção de casa para si e para o público em geral;
- As que se dedicam ao financiamento da construção de casas, seja para sócios, seja para outras pessoas que desejarem.

No Brasil existem os três tipos, mas com exceção das cooperativas que se transformaram em empresas de construção ou imobiliárias, as demais vem sofrendo as discriminações da política governamental, pois o setor responsável por esta parte sempre foi extremamente permeado pela corrupção e no governo Collor o BNH ( Banco Nacional de Habitação), o qual fornecia investimentos nessa área, foi extinto, desaparecendo junto com ele qualquer iniciativa governamental para que o “direito à moradia” dos brasileiros fosse respeitado.

#### g) Cooperativas escolares

Trata-se de associações de alunos do ensino de 1º e 2º graus. Sua finalidade é o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas por parte dos alunos em caráter de pequena empresa. Suas atividades são desenvolvidas dentro da própria escola e a gestão é dos próprios alunos associados. Segundo RECH em 1994, existiam 30 dessas cooperativas no Brasil.

#### h) Cooperativas de produção

Nestas cooperativas, os associados são os donos através da propriedade individual do capital social. Eles também retém a propriedade individual e posse coletiva dos meios de produção (instalações, insumos, etc). Assumem os riscos da atividade desenvolvida e a participação no montante do capital social está muito relacionada com as atividades provenientes ou mesmo aportes de mão-de-obra. São os próprios associados que trabalham no âmbito da cooperativa desenvolvendo conjuntamente atividades produtivas. Os produtos produzidos por esta cooperativa se destinam fundamentalmente ao mercado.

## TERCEIRO CAPÍTULO

### **DESEMPREGO E COOPERATIVISMO NO CEARÁ: A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

#### *3.1 O problema do desemprego no Ceará*

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho o desemprego é um problema que atinge todo o mundo, principalmente nas duas últimas décadas, em decorrência da modificação dos paradigmas organizacionais das empresas e com o advento do processo de globalização da economia.

No entanto, tal problema é ainda mais agravante nas regiões cujas condições sócio-econômicas são inferiores às demais e, principalmente, onde a qualificação profissional dos indivíduos é extremamente baixa, decorrente de extrema concentração de renda e das políticas que beneficiam as "oligarquias" locais, detentora da maior parte das empresas e indústrias produtivas da região, como é o caso do Ceará.

O Estado do Ceará se caracteriza por uma forte concentração de atividades econômicas na sua capital, a Região Metropolitana de Fortaleza. Esse processo foi intensificado principalmente a partir da industrialização induzida pelos incentivos fiscais do Fundo de Investimentos para o Nordeste- FINOR, ao longo dos anos 60 e 70, de tal modo que o mercado de trabalho urbano do Ceará passa a ter em Fortaleza sua principal referência.

A década do "Milagre Econômico" se constitui na do florescimento de uma ampla oferta do trabalho em Fortaleza, tanto no setor privado como no setor público, o que explica a ausência de preocupação com indicadores de desemprego. No entanto, em meados da década de 70, o problema do desemprego volta a preocupar e, nas décadas de 80 e 90 esse problema se concretiza como algo que exige medidas enérgicas.

No Ceará, Fortaleza concentra o maior exército de desempregados, estimado em 120.000 pessoas pelo Serviço Nacional de Emprego (SINE) este ano. A realidade constata a concentração (80% da economia) na capital do estado, faltando oportunidades de trabalho no interior.

**TABELA 10- Taxas de ocupação e desemprego aberto acumulados até o mês de maio de 2000- FORTALEZA**

PERÍODO	OCUPAÇÃO		DESEMPREGO ABERTO	
	1999	2000	1999	2000
<b>JAN</b>	39,05	38,11	12,84	12,29
JAN-FEV	38,87	37,61	13,10	12,47
JAN-MAR	38,55	37,25	13,53	12,77
<b>JAN-ABR</b>	38,28	36,84	13,87	12,93
JAN-MAIO	38,08	36,79	14,03	13,13

Fonte: Pesquisa direta- SINE/CE-IDT-OS

A região nordestina tem se mostrado crescente economicamente nesta última década, em especial o estado do Ceará, o qual tem mostrado inúmeras potencialidades, contudo, imerso em um contexto permeado por inúmeras desigualdades, com uma elevada concentração de renda, o crescimento do nível de emprego não tem sido suficiente para acompanhar o crescimento ascendente da população cearense e conseqüentemente proporcionar uma renda per capita suficiente para suprir as necessidades mínimas de alimentação, moradia, saúde e educação da população.

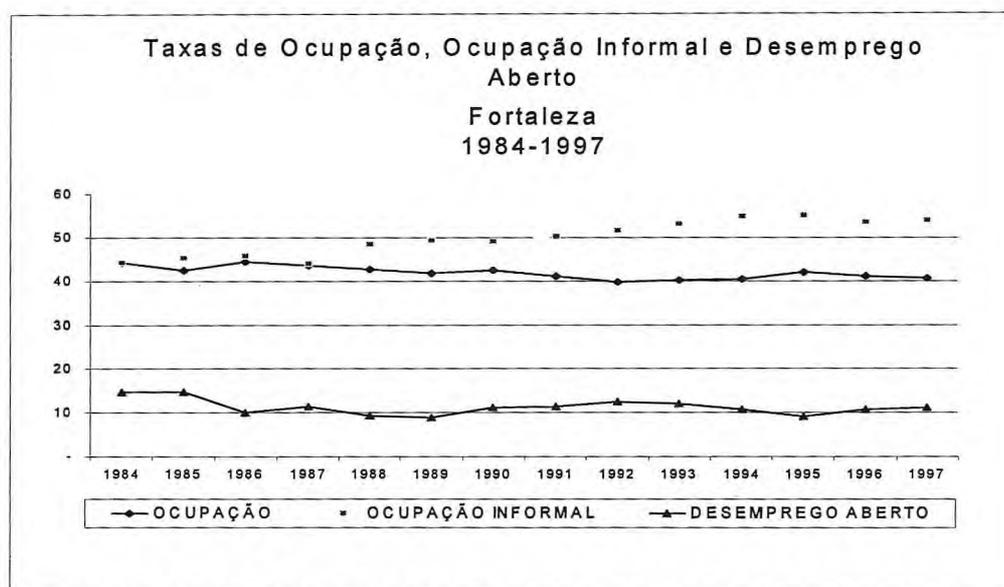
**TABELA 11- PIB per capita (1996) em R\$**

Região	Valor	Percentual
Nordeste	2578,5	NE/BR- 54,1%
Brasil	4764	CE/NE- 109,1%
Ceará	2813	CE/BR- 59,1%

Fonte: SUDENE, 1996

Outro agravante para o problema do desemprego cearense é o baixo nível de escolaridade da maioria da população, o qual, por sua vez, além de excluir uma grande parcela de indivíduos do mercado de trabalho ainda contribui para que a remuneração daqueles que se encontram inseridos seja a mais baixa possível. As ocupações informais tem mostrado um comportamento ascendente nos últimos anos se comparado ao comportamento do próprio desemprego aberto na cidade de Fortaleza, como de depreende pelo Gráfico 3 a seguir.

**GRÁFICO 3**



Fonte: Pesquisa Direta- SINE/ CE-IDT-OS

### **3.2. O cooperativismo no Ceará**

As últimas décadas se caracterizam pelo forte ressurgimento de empresas cooperativas como forma de driblar a crise econômica latente. O Ceará é um dos estados brasileiros que mais tem comprovado tal afirmação, pois o número de cooperativas que vem sendo implantadas tem aumentado a cada ano.

No Ceará, o associativismo está historicamente vinculado à criação de cooperativas de crédito e de consumo, nos anos 40 a 60, e à União das Cooperativas do Estado, que data de 1965 e, por impositivo legal, desde 1972 está representada pela Organização das

Cooperativas do Estado- OCEC. As cooperativas de crédito, hoje escassas, chegaram a cerca de 120 no final dos anos 60, quando então entraram em descenso, ao mesmo tempo que passaram a despontar as cooperativas agropecuárias, impulsionadas pela cultura do algodão. No cômputo geral do Estado, esse segmento até hoje predomina. Nos anos 80 aparece como um novo ator o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, semeando associações e grupos coletivos nas áreas de assentamento e, ao final do período, investindo na formação de cooperativas de produção. A década de 90 por fim, apresenta uma tendência à criação de cooperativas voltadas para pecuária leiteira, fruticultura e grãos em geral, enquanto multiplicam-se nas zonas urbanas iniciativas principalmente no setor serviços.

**TABELA 12- Ceará- Cooperativas Filiadas à OCEC**

Ramos do cooperativismo	Nº de cooperativas 1995*	Nº de cooperados 1995**	Nº de cooperativas 1999		Nº de cooperados 1999
			Ativas	Inativas	
1. Agropecuária	151	30.000	129	33	36.000
2. Consumo	7	3.000	6	2	4.500
3. Educacional	7	1.000	7	2	3.500
4. Serviços (elet. rural)	15	3.000	14	1	4.200
5. Habitacional	12	1.200	4	9	1.200
6. Mineração	2	100	2	-	100
7. Produção	20	1.000	26	4	1.300
8. Trabalho	19	1.700	72	1	4.800
9. Saúde	14	3.000	28	6	6.600
10. Crédito	9	4.000	11	4	6.800
<b>Total Geral</b>	<b>256</b>	<b>48.000</b>	<b>295</b>	<b>62</b>	<b>69.000</b>

Fonte: OCEC, agosto de 1999

\* inclui ativas e inativas      \*\* Estimativas; não se dispõe de dados exatos sobre o nº de cooperados

O quadro acima evidencia o predomínio do setor agropecuário, muito embora o elevado percentual de cooperativas inativas, no de 1999, seja provavelmente revelador das dificuldades que vêm atingindo a economia primária do Ceará, desde o final dos anos 80. Chama atenção, no período 1995-1999, o crescimento exponencial das cooperativas de trabalho à taxa de aproximadamente 280%. Por agrupar trabalhadores voltados às mais

variadas formas de prestação de serviços e por representar uma alternativa imediata de renda, quando não a única, absorvendo em média 66 sócios por empreendimento, esse ramo parece constituir-se numa espécie de escoradouro para o excedente de trabalhadores, face à crise do mercado de trabalho que assola o Estado. Resta ver, mediante uma análise acurada, qual o efetivo caráter e quais são as perspectivas de médio prazo desses empreendimentos.

A deficiente estrutura produtiva do interior do Ceará, que historicamente vem contribuindo para o êxodo rural, tem, nos últimos anos, provocado um aumento crescente das demandas sociais da capital, refletindo um quadro de desemprego e miséria que desafia, continuamente, as tentativas em busca de soluções efetivas. A constatação de que um simples investimento em atividades produtivas não tem sido acompanhado da geração de novas ocupações no ritmo esperado, leva, por sua vez, à conclusão de que devem ser implementadas novas estratégias.

Uma modalidade de atuar eficazmente para a criação de oportunidades de emprego, é a mobilização da população em idade produtiva para que, ela própria, passe a atuar ao mesmo tempo como sujeito e objeto das ações empreendidas em seu favor. O cooperativismo, desde que aplicado segundo os seus verdadeiros princípios, pode e deve constituir-se em instrumento indispensável nessa linha de ação.

Infelizmente, entretanto, todos os diagnósticos feitos no Ceará, até hoje, sobre o cooperativismo tradicional, mostram que graves disfunções desvirtuam o cumprimento das suas finalidades sociais. As cooperativas, em geral, não se formam a partir dos problemas e experiência concreta de um grupo social ou comunidade, mas são criadas e administradas por uma pessoa ou restrito grupo de grande influência e poder, que fazem destas entidades, instrumentos de viabilização de projetos pessoais.

O desvio do espírito associativista decorre, em primeiro plano, da falta de conscientização e educação cooperativista dos grupos sociais. As cooperativas nascem de forma improvisada, sem o prévio levantamento dos recursos, potencialidades, viabilidade

econômica e social. Apesar de muitas delas contarem com pessoal especializado, falta a definição clara de uma política de ação condizente com as prioridades do conjunto de associados, e as atividades adequadas para o atendimento dessas prioridades. São estruturas administrativamente mal formadas, não definidas com clareza e geralmente difusas em outras formas de organização paralela, objetivando, muitas vezes, encobrir irregularidades. Em geral, técnicos ou pessoas influentes têm o privilégio de tomar decisões sem ouvir ou comunicar às outras instâncias diretivas, e muito menos aos cooperativados. A formação dos quadros de pessoal é, quase sempre, procedida com empreguismo e sem a necessária adequação das pessoas ao cargo que ocupam. Sucedem-se as fraudes, quer na integralização de quotas partes dos sócios e/ou na utilização dos recursos. Falta transparência e canais adequados para o encaminhamento de queixas e/ou proposições de sócios, que, quando conseguem chegar à cúpula dirigente, em geral não são aceitas.

Por conta da prática de manobras continuistas, e do baixo nível de conscientização e organização dos associados, quando das eleições para renovação do quadro administrativo, perpetua-se o mesmo dirigente e sua equipe de confiança. Esse clima de insatisfação e desconfiança torna cada vez menor a frequência dos associados à sede da organização e, ainda menos, às assembléias informativas ou deliberativas. A tendência é a perda de dinamismo da entidade e redução de volume de operações, decorrente, em parte, da baixa qualidade dos produtos/serviços ofertados. Nas cooperativas de produção, não raramente ocorre evasão de negócios, quando os associados procuram vender seus produtos a terceiros, que se torna mais vantajoso do que entregá-lo à cooperativa para comercializar.

São inúmeros os casos de cooperativas existentes no Ceará implantadas desta forma, apenas para tirar vantagens do sistema cooperativista deturpando seus verdadeiros princípios. Um caso particular, por exemplo, ocorreu no interior do estado com cooperativas da área de confecção. O estado do Ceará, concentra suas atividades na sua maioria na área metropolitana, contudo, desde a década de oitenta, o governo tem redirecionado sua política industrial para o interior do estado, neste sentido, o governo tem oferecido pacotes de benefícios, tais como infra-estrutura física, terrenos a preços

simbólicos e vários incentivos fiscais. Tais benefícios têm atraído um considerável número de empresas multinacionais que aqui se instalam em busca de mão-de-obra barata, como foi o caso da empresa Taiwanesa Kao Lin instalada no Maciço do Baturité, tal empresa lançou mão da utilização de mão-de-obra contratada celetista apenas no campo técnico, isto é, profissionais da área administrativa por exemplo, já os demais trabalhadores, para efetiva confecção das peças, foram contratados via cooperativa criadas através de uma ação conjunta do estado do Ceará, prefeituras municipais do Maciço do Baturité e a referida fábrica de confecção<sup>21</sup>, no entanto, as relações de trabalho existentes entre cooperativa e contratante foram totalmente irregulares, pois os cooperados não tinham algum poder de decisão, ou seja, autonomia, para decidirem sobre sua remuneração, suas horas de trabalho e nem sequer organizaram um fundo de reserva capaz de lhes garantir 13º e férias<sup>22</sup>. Segundo MOREIRA (1996) as cooperativas de produção instaladas no Maciço do Baturité são membros de uma empresa capitalista que usa o seu estabelecimento, numa região periférica, como forma de aumentar seus lucros, usando uma força de trabalho que não é legalmente ligada a ela, numa relação empregado- empregador.

Uma concepção mais moderna e eficaz de indução do cooperativismo, deve partir do princípio de que os grupos sociais e as comunidades têm, em maior ou menor grau, potencialidades latentes para a organização solidária, objetivando resolver os seus problemas. Falta-lhes, no entanto, um trabalho de educação social e assessoramento em técnicas organizacionais, econômicas, contábeis e jurídicas. As comunidades não precisam de um tutoramento permanente ou paternalismo, e sim de um projeto capaz de mobilizar recursos, energias e idéias, dentro e fora da comunidade, num processo de autogestão.

Uma alternativa indicada para reversão deste quadro social vem sendo conduzida com sucesso através de uma experiência pioneira que incentiva a organização de trabalhadores em cooperativas, operacionalizadas a partir de incubadoras.

---

<sup>21</sup> Moreira, Maria Vilma Coelho, Cooperativismo e desenvolvimento: caso das cooperativas de confecção do Maciço do Baturité, 1996

### ***3.3. A experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará – O caso da Universidade Federal do Ceará***

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará - INTECOOP-CE é um Projeto da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), inspirado no modelo criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Em fevereiro de 1998, iniciou os trabalhos, tendo como meta básica o acompanhamento de 10 (dez) cooperativas por ano, objetivando implementar o modelo cooperativista de trabalho, para atuar na geração de trabalho e renda, a partir da lógica da Economia Solidária, que busca constituir ambientes microeconômicos, através da integração de várias atividades econômicas representadas por suas cooperativas, de forma a garantir um intercâmbio comercial interno e uma capacidade de inserção no mercado, com competitividade e sustentabilidade.

#### ***3.3.1. Metodologia de trabalho da Incubadora do Ceará***

O processo de incubação consiste em visitar, diagnosticar, selecionar, sensibilizar e capacitar os grupos credenciados, além de estudar e planejar a viabilidade econômica da cooperativa objetivando inserir no mercado, bem como instruir e orientar os procedimentos para o registro da empresa autogestionária nos órgãos competentes, e ainda, prestar acompanhamento técnico e assessoria por um período de 2 (dois) anos.

Em termos práticos, o trabalho se realiza com a viabilização do fluxograma proposto no Projeto, pautando-se nos seguintes objetivos:

- Identificação de potencialidades de grupos e segmentos sociais ou profissionais para a instalação de cooperativas de trabalho e de produção;

---

<sup>22</sup> O contrato celetista garante o direito de recebimento de 13º e férias. Na cooperativa não existe este direito, contudo os cooperados podem viabilizar esse recebimento via criação de um fundo de reserva, o qual constitui 16,6% da remuneração dos mesmos.

- Elaboração e execução de programas de sensibilização, educação e capacitação cooperativistas;
- Implementação de ações de organização, reorganização ou adequação de cooperativas objetivando a sua auto sustentabilidade e atuação no mercado de trabalho;
- Viabilização da efetiva participação dos cooperativados (autogestão) no planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação das cooperativas;
- Assessoramento nas áreas jurídica, de administração, “marketing”, contabilidade, economia, organização social, tecnologia e autogestão das cooperativas.
- Formação e capacitação dos cooperados para planejar, gerir, acompanhar, avaliar e trabalhar nas cooperativas.

A base metodológica com abordagem teórico-prática numa visão crítica da realidade, privilegia a história de vida do público alvo, analisando o cooperativismo enquanto alavanca, gestada a partir de uma perspectiva do trabalho solidário, vindo a constituir-se num instrumento alternativo de criação de oportunidades de trabalho para setores da população em idade produtiva vem como atuar como sujeito das ações geradoras de renda e cidadania. Assim, em seu percurso, a Incubadora vem priorizando o trabalho com grupos e comunidades populares, com ênfase nos contingentes populacionais ora excluídos do mercado de trabalho : desempregados; demitidos de empresas públicas recentemente privatizadas; além de empregados precarizados em empreiteiras e que intencionam mudar a forma de organização do trabalho que realizam.

O processo de incubação é desenvolvido por três coordenações técnicas, através das atividades abaixo explicitadas:

#### ***1) Primeiros Contatos/Sensibilização***

Esta fase consiste no repasse de informações sobre o projeto, levantamento de informações para elaboração de um diagnóstico da realidade do grupo e da comunidade, estudo preliminar da viabilidade sócio-econômica, aplicação de oficinas sobre

Cooperativismo e preparação de calendário para Capacitação Cooperativista. Estas atividades tem como finalidade identificar os pontos a seguir:

Natureza da atividade econômica, vocação, perfil, capacitação técnica.

- *Potencial do grupo*

Os tipos de produtos ou serviços mais adequados às características, experiências e vivências dos componentes do grupo bem como das necessidades do mercado no qual se pretende atuar.

- *Qualificação do grupo*

O nível de qualificação e especialização dos componentes do grupo para a atividade a ser desenvolvida, bem como as carências de qualificação para o que se pretende oferecer ao mercado.

- *Processo de produção*

Levantamento dos processos existentes ou necessários para a atividade a ser desenvolvida pelo grupo.

- *Máquinas, equipamentos e ferramentas*

Disponibilidade e adequação das máquinas, equipamentos e ferramentas existentes, para avaliação quanto ao seu estado de conservação e uso, adequação destes as atividades fins.

- *Perfil sócio-econômico do grupo*

O nível de instrução, as experiências e vivências individuais, nível de renda, situação profissional de trabalho, visando traçar e avaliar o padrão médio do grupo, tendo em vista o melhor desempenho individual no trabalho.

- *Perfil comunitário*

Levantamento das experiências associativas do grupo, grau de integração e de compreensão de especificidade do trabalho cooperativo.

- ii) Análise de Viabilidade Econômica : Custos/ Mercado*

Esta análise visa identificar todos os custos e receitas previstas, investimentos e capital de giro necessários e inerentes à produção ou prestação dos serviços a serem desenvolvidos pelo grupo.

Nesta etapa é realizado o estudo para que se possa estabelecer os preços dos produtos/serviços e determinar o nível de competitividade no mercado.

A planilha de custos é o instrumento básico que demonstra o quanto é gasto com cada item (matéria prima, tributos, remuneração, taxa de administração, depreciação, amortização etc.) para que os valores calculados possam ser comparados e ajustados, se for o caso, com os existentes no mercado.

O estudo se completa quando se avalia o nível de crescimento do mercado, o nível de risco do investimento, características dos clientes potenciais, o nível da concorrência (alto ou baixo), a divulgação (agressiva ou simples), os fornecedores de matéria prima (oferta de produtos, grau de compromisso com concorrentes, etc.), distribuição (formas e canais).

- iii) Curso Básico de Cooperativismo:*

O Curso Básico de Cooperativismo, é composto de dois módulos: cooperativismo e o de autogestão.

O objetivo do curso é a preparação do grupo para o desenvolvimento do trabalho sob o ponto de vista empresarial, as características do trabalho cooperativo e a própria gestão do empreendimento.

No módulo de cooperativismo são discutidos os princípios básicos do cooperativismo, e as especificidade do trabalho solidário, as diferenças entre empresa convencional e empresa cooperativa e finalmente como funciona uma cooperativa, autogestionária.

No módulo de Autogestão serão discutidos os aspectos relacionados à gestão do empreendimento pelo próprio grupo, as necessidades e objetivos dos controles internos, o fluxo de informações no âmbito operacional e gerencial, análises de situação e decisões administrativas e contrárias. Durante esta fase, é escolhido uma comissão que elaborará uma proposta de Estatuto Social que será discutido com todos os membros da futura cooperativa.

#### ***iv) Legalização***

A legalização se inicia com a discussão do estatuto e conseqüente aprovação do mesmo em Assembléia Geral, bem como eleição do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Conselho de Ética e Disciplina.

#### ***v) Organização da produção***

Nesta etapa é realizado o trabalho de preparação e orientação do grupo para o desenvolvimento das atividades da cooperativa que será desenvolvido junto aos cooperados responsáveis por cada uma das funções, envolvendo:

- Processo de produção:

Adequação e/ou definição dos processos de produção orientados às atividades a serem desenvolvidas, considerando-se: as rotinas de trabalho, a eficiência e eficácia, harmonização e adequação de eventuais pontos de estrangulamento identificados no processo.

- Controles internos:

Adequação e/ou definição dos controles internos necessários, tais como: o controle de estoque, ordens de produção, padronização dos produtos e serviços, de modo a tornar a cooperativa uma referência no que diz respeito à qualidade.

#### *vi) Inserção no mercado, financiamento, vendas e publicidade*

O processo de inserção no mercado se dá de duas formas:

- i) Busca de financiamento para compra de equipamentos e para capital de giro;
- ii) Elaboração do projeto de Marketing da Cooperativa: desde o estudo de mercado, da publicidade até a comercialização do produto ou serviço.

#### *vii) Estrutura organizacional*

Esta atividade visa proporcionar à cooperativa uma estrutura adequada e necessária às suas características e porte do empreendimento

O trabalho a ser desenvolvido nesta etapa contempla:

- Organograma:

Adequação e/ou definição dos órgãos que compõem a estrutura da cooperativa, sua hierarquia, suas atribuições e responsabilidades.

- Métodos de trabalho:

Adequação e/ou definição das rotinas de trabalho, dos controles e normas internas relativas ao relacionamento interno e externo.

- Estrutura contábil/financeira

Capacitação dos membros da cooperativa em relação à gestão contábil/financeira, bem como a preparação dos diversos diretores para o processo autogestionário.

### *viii) Acompanhamento*

A partir do início das atividades da cooperativa, a INTECOOP, através de técnicos das coordenações envolvidas no processo de incubação da cooperativa, realizará um acompanhamento periódico visando proporcionar o apoio necessário no que concerne todas as atividades desenvolvidas pela cooperativa durante o período de até dois anos.

### *ix) Desincubação*

Após todas essas fases, a equipe técnica da Intecoop se reúne com o intuito de avaliar o nível de assimilação técnica por parte da cooperativa. Uma vez constatado o amadurecimento da cooperativa no sentido da autogestão e da capacitação técnica necessária à competitividade exigida pelo mercado, configuram-se os pré-requisitos indispensáveis à emancipação da empresa solidária, sendo que, a partir de então, a Incubadora de Cooperativas continua acompanhando o referido grupo apenas na condição e assessoramento de consultoria.

# **FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO**

**VISITAS DE DIVULGAÇÃO(ocasionais)**



**IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO  
E**

**PRIMEIROS CONTATOS**



**SENSIBILIZAÇÃO (16 HORAS = 4 EVENTOS)**

**1º Dia - Identidade do grupo**

**2º Dia - Apresentação da Incubadora**

**3º Dia - Oficina sobre Cooperativismo**

**4º Dia - Discussão sobre Mercado**



**AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO SOBRE A  
CONTINUIDADE DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO**



**CURSO BÁSICO (50 HORAS = 8 módulos + avaliação)**



**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Estatuto**

**Legalização**

**Carta de princípios**



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
PARA INSERÇÃO NO MERCADO**



**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PERMANENTE**

### 3.4. Incubadora- Seus resultados e suas cooperativas incubadas

Em fevereiro de 2000, 29 grupos se encontravam em processo de incubação Tabela (14), distribuídos pela Região Metropolitana de Fortaleza, representando 749 trabalhadores que estão atuando, ou com perspectiva de atuar, em cooperativas de trabalho e produção. Desses, 10 se encontram legalizados (CONSERVA, COOPECE, COOIRLAS, COOPRESTA, COONTAR, COOPROARTE, COOPERVEST, COOPEP, COOPERNÉCTAR e Cooperativa da Construção Humana), sendo que 2 delas já existiam antes da criação do projeto (COOPRESTA e COOPERVEST) e passam por um processo de reestruturação. Essas empresas se encontram na fase de inserção no mercado, em diferentes estágios de desenvolvimento, como é o caso da COOPRESTA, que busca redirecionar as suas atividades para a área de limpeza hospitalar, devido à precariedade do trabalho quarteirizado, executado atualmente, de limpeza pública. Os grupos restantes se encontram distribuídos da seguinte forma: 3 em fase de legalização (COOPMEC, COMCAFÉ, COTEINFO), 4 recebem assessorias pontuais (COOPI, COOPITUR, COOIPESCA, COOPABA) e 14 estão em fase de mobilização e capacitação.

**TABELA 13 - Ramos de atividades das Cooperativas legalizadas**

<b>COOPERATIVA</b>	<b>RAMO DE ATIVIDADE</b>
CONSERVA	Limpeza e conservação
COOIRLAS	Instalação e Reparação de Linhas e Aparelhos Telefônicos
COOPECE	Eletricidade
COOPERNÉCTAR	Produção e comercialização de mel silvestre
COOPROARTE	Produção artesanal com papel reciclável, estopas, bijuterias
COONTAR	Serviços contábeis
COOPERVEST	Confecção de vestuário
COOPEP	Educação
COOPRESTA	Limpeza e conservação pública
CASA LILÁS	Capacitação e assessoria de Recursos Humanos

Fonte: Incubadora de Cooperativas

\* Elaboração própria

**TABELA 14**  
**Implantação de Cooperativas Populares**  
**Até 1999**

	DENOMINAÇÃO DAS COOPERATIVAS	COOPERADOS	BENEFICIÁRIOS/ CURSOS	EM LEGALIZAÇÃO	LEGALIZADAS
1	CONSERVA	26	196		X
2	COOIRLAS	66	80		X
3	COOPECE	178	274		X
4	COOPERNECTAR	25	63		X
5	COOPROARTE	22	29		X
6	COONTAR	22	33		X
7	COOPRESTA	149	54		X
8	COOPERVEST	20	-		X
9	COOPEP	24	34		X
10	Cooperativa da Construção Humana Ltda. – Casa Lilás	23			X
11	COMCAFÉ	13	12	X	
12	COOPMEC	19	19	X	
13	COOTEINFO	48	48	X	
14	COOPI (*)	32	32		
15	COOPITUR (*)	22	-		
16	COOPECA (*)	35	33		
17	COOPABA (*)	25	25		
18	Grupo de farmacêuticos	<b>Grupos em Processo de Mobilização</b>			
19	Grupo de Jovens – Cooperativa de Prestação de Serviços no Setor Turístico				
20	Artesãos Beneficiários da ONG Irmão Sol/Irmã Lua que estão aderindo à Cooproarte				
21	Estilistas Formandas da Ufc				
22	Teleprocessadores de Dados que prestam Serviço à Caixa Econômica				
23	Ex-Integrantes da Guarda-Portuária do Ceará				
24	Grupo que integra o Núcleo de Empreendedores Irrigantes-Nei				
25	Pescadores Artesanais do Acaraú				
26	Artesãos da Praínha do Canto Verde – Beberibe				
27	Trabalhadores da Construção Civil				
28	Costureiras do Projeto Reconquistar – Santa Maria				
29	Confeccionadores de Tijolos				
(*) Essas cooperativas recebem assessoria.					

Fonte: Incubadora de Cooperativas. Relatório 1999

Nestes dois primeiros anos do projeto da Incubadora permitiram a realização de um grande número de atividades e a avaliação positiva baseia-se na quantidade de pessoas beneficiadas. Entre os 29 grupos formados e que estão sendo acompanhados, 10 estão devidamente legalizados e destes 9 estão inseridos no mercado de trabalho, dos quais 8 já

possuem contratos de trabalho, os quais garantem a geração de 382 postos de trabalho. Do ano de 98 para o ano de 99 foi observado um forte aumento tanto nos indicadores que refletem a efetividade do trabalho (grupos legalizados, postos de trabalho gerados) quanto naqueles que indicam perspectivas para o futuro (grupos em acompanhamento, total de cooperados, profissionais treinados). Existe um intervalo no tempo entre a formação de um grupo e o início de suas atividades econômicas, sendo este período estimado em aproximadamente 1 ano. Portanto, aqueles dados a respeito da efetividade do trabalho da Incubadora observados no ano de 99 refletem o que foi realizado em 98. Com base nessas observações é que espera-se que o ano em curso possa trazer um grande aumento no número de postos de trabalho gerados pelas cooperativas incubadas. A CONSERVA, formada pela comunidade carente do bairro do Planalto Pici, é o melhor exemplo disso, o grupo começou a ser acompanhado em abril de 98 e foi obter seu primeiro contrato em abril de 99 e, hoje, disputa uma série de novos clientes, inclusive diversificando a sua área de atuação, prestando serviços de limpeza para eventos/seminários realizados no Centro de Convenções de Fortaleza.

A COOPECE, formada por ex-funcionários da COELCE que foram excluídos do mercado de trabalho com a privatização, é outro bom exemplo, o grupo começou a se reunir em novembro de 98 e já criou 280 postos de trabalho, no entanto, oficialmente, a sede ainda é na Incubadora e a cooperativa necessita de assessorias pontuais na assinatura de contratos, na realização de assembleias e em alguns aspectos contábeis, apesar de já possuir uma estrutura administrativa com secretária, computador, telefone, fax e outros equipamentos em outro endereço.

Portanto, os resultados da implantação de um sistema cooperativista baseado nos verdadeiros princípios cooperativos e tendo como pressuposto a organização autogestionária pode constituir uma alternativa viável de geração de trabalho e renda dentro desse contexto excludente a que fizemos referência durante este trabalho, contudo, são inúmeras as dificuldades para viabilização deste sistema assim como o desejamos, pois o atual quadro é bastante adverso, dado que, dentre outros fatores, falta apoio governamental, educação cooperativista, linhas de financiamento, apoio técnico. Para tanto acredita-se na

proposta do Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como precursora do envolvimento com esta causa, porém apenas ela não é suficiente. Se contribuirmos para disseminação do cooperativismo e nele acreditarmos sem discriminação poderemos minimizar as discrepâncias sociais e construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possamos nos tornar efetivamente cidadãos.

## CONCLUSÃO

O cooperativismo tem se mostrado durante décadas como uma alternativa viável de melhoria para os problemas de desarticulação dos trabalhadores e do desemprego, ressurgindo principalmente nos momentos de crise como a que atualmente estamos enfrentando. O cooperativismo é um movimento forte que ganha adeptos nos diversos campos não somente no meio urbano, mas em todas as condições de lutas e desequilíbrios. Tal soma de esforços garante a obtenção de benefícios que para um indivíduo isolado se tornaria difícil de alcançar dadas as vantagens que podem ser identificadas quando da constituição de uma cooperativa.

Do ponto de vista econômico, podemos verificar que obtemos dentro do sistema cooperativista um diferencial competitivo proporcionado pela possibilidade de redução de custos e encargos sociais, devido em parte pela flexibilidade existente na empresa cooperativa, o que para uma empresa convencional torna-se bem mais difícil. Temos ainda como diferencial neste modelo uma maior capacidade de oferta e diversidade dos produtos e serviços decorrente principalmente da quantidade de indivíduos envolvidos na cooperativa (no mínimo 20).

No tocante ao aspecto social, a empresa cooperativa diferencia-se ainda pela possibilidade de viabilização de projetos de caráter popular, dado o envolvimento da comunidade e os benefícios que podem transbordar na constituição da empresa cooperativa, como é o caso da cooperativa levar para esta comunidade cursos específicos de capacitação para criar condições destes indivíduos se inserirem no mercado.

Contudo, ainda mais importante salientar são as vantagens de cunho tecnológico, no que diz respeito a gestão, onde o controle da empresa é feito através dos próprios trabalhadores, sendo democrático, descentralizado e igualitário com criação de canais de

informação e transparência nos processos administrativo e financeiro viabilizados por meio da Autogestão cooperativa.

No entanto, é sabido que são inúmeros os desafios para concretização deste ideal, capaz de minimizar a atual caricatura, pintada a partir das cooperativas de fachada existentes, no que concerne ao movimento cooperativista. Dentre estes desafios podemos destacar a falta do espírito coletivo, o preconceito do mercado com as cooperativas, a falta de linhas de crédito e a ausência de uma legislação específica. Mas a partir deste novo quadro que tem sido imbutido na sociedade, o da ética e economia solidárias, sabe-se que não é impossível viabilizar tal projeto de forma a abranger o maior número possível de trabalhadores.

Nos países desenvolvidos, a competitividade é cada vez mais consequência de aspectos sistêmicos da economia, as empresas atuam como protagonistas de uma “estória” que dá um papel de destaque aos coadjuvantes. A Universidade, através de seus projetos de extensão, pode agir como coordenadora destes atores, servindo assim à finalidade para a qual a sociedade a mantém. Acreditando que levando conhecimentos técnicos àqueles que podem fazer uso deles, estaremos contribuindo para melhorar a competitividade dos nossos trabalhadores, gerando trabalho e renda para nossa região.

É necessário acima de tudo envolvimento da sociedade e do governo para apoiar o movimento e subsidiar o trabalho da Universidade. O cooperativismo é real e irreversível, mas se não apoiado pode ser deturpado dentro do sistema capitalista ainda interessado em relações de trabalho que beneficiam apenas um dos lados.

O cooperativismo autogestionário tem um importante potencial para a geração de trabalho e renda, bem como para melhorar a competitividade no mercado, através da flexibilização das relações de trabalho e de um maior envolvimento dos trabalhadores na produção e nas decisões. Para atingir tais objetivos é necessária a participação do conjunto da sociedade, através de contribuições técnicas, crédito, formação profissional e outros recursos necessários para o bom funcionamento das cooperativas.

Nessa perspectiva, entende-se como necessário repensar a estratégia oficial de modernização de pequenos produtores, desempregados e excluídos do mercado de trabalho mediante a sua instalação em cooperativas, buscando aprender o seu significado e suas implicações sociais sobre o grupo de benefícios alcançados gerando trabalho e renda para sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Marianna e SOUZA, Dayane. Cooperativas: uma nova forma de organização do trabalho. **Cooperação para o fortalecimento recíproco**. vol. 1, n.º1, p. 13-16, outubro, 1999.

CERRONI, Umberto. **O pensamento Político das origens aos nossos dias V.J.** Editorial Stampa, 1975- cap 6, p 111-168.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Integrar Cooperativas.** Unitrabalho, 1999- p 27-32.

\_\_\_\_\_. **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate- Transformações no mundo do trabalho.** Unitrabalho, 1999- p 63-76.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - **Relatório Anual de 1998.** Fortaleza: INTECOOP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de 1999.** Fortaleza: INTECOOP, 1999.

LEMOS, José de Sousa. **Mapa da pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento econômico sustentável para o país.** Setembro, 1999. (mimeo)

MARX, Karl. **O Capital- livro I, vol.I: o processo de produção do capital .** 15ª edição- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORAES, Luiz Pereira. **O desemprego e o cooperativismo de desenvolvimento integrado como sua solução.** Julho, 1999.

MOREIRA, Maria Vilma. **Cooperativismo e desenvolvimento: caso das cooperativas de confecções do Maciço do Baturité, Ceará.** Agosto, 1996. (mimeo)

OLIVEIRA, Carlos Eduardo e MATTOSO, Jorge Eduardo. **Crise e trabalho no Brasil.** 1ª edição- São Paulo: Página aberta Ltda, 1996.

POCHMANN, Márcio. **Meta Antiemprego.** Jornal Folha de São Paulo/Folha Dinheiro, p.02.São Paulo/ SP-10/06/99.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnósticos e perspectivas.** Setembro, 1999. (mimeo)

RECH, Daniel. Cooperativas: **uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: FASE, 1995.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos- O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo: Makron books, 1995.

SINGER, Paul. **A globalização e o Brasil no fim do segundo milênio.** Teoria e debate. Ano 13, n.º 44. p 14-18, abr/mai/jun 2000.

\_\_\_\_\_. **A origem do cooperativismo. A CUT e a economia solidária. Sindicalismo e economia solidária.** Dezembro, 1999. p 24-28.

SORBILLE, Reynaldo. **Autogestão: um modelo alternativo de produção,** 1999. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Ceará, 1999.

TODESCHINI, Remídio. **A CUT e a economia solidária. Sindicalismo e economia solidária.** Dezembro, 1999. p 5-22.

TOLEDO, José Roberto. **Jornada de 28 horas elimina desemprego.** Folha de São Paulo/SP- Especial, 30/05/1999.

Visão atual do cooperativismo no mundo. Revista **Integração**, João Pessoa, ano IV- n.º 27, p. 31-39, dezembro. 1998.

UCHÔA, J. F. Emprego: uma espécie em extinção. **Plenária.** Ano1, n.º1, p. 10-20, abril, 1996.